

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO

JOÃO BATISTA SANTOS SOBREIRA

**O DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DA OPERACIONALIZAÇÃO
DO PNAE E PAA:** o caso do assentamento Marrecas no município de São João do
Piauí – Piauí.

São Luís
2020

JOÃO BATISTA SANTOS SOBREIRA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL APARTIR DA OPERACIONAIZAÇÃO DO
PNAE E PAA: o caso do assentamento Marrecas no município de São João do Piauí –
Piauí.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas.

São Luís
2020

JOÃO BATISTA SANTOS SOBREIRA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL APARTIR DA OPERACIONAIZAÇÃO DO
PNAE E PAA: o caso do assentamento Marrecas no município de São João do Piauí –
Piauí.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Augustus Labre Lemos de Freitas (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Ricardo Zimbão Afonso de Paula (Examinador)

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier (Examinador)

Universidade Estadual de Goiás - UEG

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Sobreira, João Batista Santos.

DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DA OPERACIONALIZAÇÃO DO
PNAE E PAA: o caso do assentamento Marrecas no município
de São João do Piauí / João Batista Santos Sobreira. -
2020.

86 f.

Orientador(a): César Augustus Labre Lemos de Freitas
Labre Lemos de Freitas.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Socioeconomico/ccso, Universidade Federal
do Maranhão, SÃO LUIS, 2020.

1. Agricultura familiar. 2. Assentamento. 3.
Desenvolvimento local. 4. Mercado institucional. 5.
Políticas públicas. I. Labre Lemos de Freitas, César
Augustus Labre Lemos de Freitas. II. Título.

À Deus, pela força e sabedoria;
À minha mãe, pelo seu incentivo e
pelas suas orações; e
Ao meu pai (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A gratidão é o ato de reconhecimento de uma pessoa por alguém que lhe prestou um benefício, um auxílio, um favor etc. Em um sentido mais amplo, pode ser explicada também como recongnição abrangente pelas situações e dádivas que a vida lhe proporcionou e ainda proporciona.

Com isso, pretendo não ser injusto e tentarei elencar todas as pessoas que contribuíram para que esta dissertação fosse escrita mesmo com todos os obstáculos presentes no caminho.

Agradeço a Deus, por ser esse pai celestial tão bondoso, por essa oportunidade e por toda sabedoria concedida.

Ao meu orientador, Cesar Labre, por todas suas contribuições neste trabalho, por seu estímulo e pela sua paciência.

Aos meus pais, Márcia de Jesus Santos Sobreira e Benedito Rodrigues Sobreira (*in memorian*), pelo acolhimento, pelos ensinamentos, pelo tempo disponível e pelo apoio.

A minha querida Gilda Pereira Coelho, por todo seu apoio, pelos incentivos, pelas orações, e pela força quando mais precisava.

A família do Movimento Sem Terra do Piauí e Maranhão pelo acolhimento e disponibilidade.

As famílias do assentamento Marrecas pela valorosa contribuição e acolhimento. Em especial a Arlindo Gregório da Silva, Dona Maria José de Araújo, Juliano Carvalho, Benezete Manoel de França e Marcelino Manoel de França. Muito obrigado!

A todos os (as) companheiros (as) de sala de aula do Mestrado, por todo empenho e dedicação.

Agradeço em especial aos amigos que sempre estiveram juntos nessa jornada. Laryssa Costa Silva, Rodolfo Francisco Nunes, Stefany Pinheiro Monteiro, Raquel do Nascimento Neder, Paulo Roberto Sousa e Lenardo Maciel.

Aos professores do Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da UFMA.

Aos meus irmãos e toda minha família por torcerem sempre por mim.

“A fome não é um fenômeno natural, mas um fenômeno social, produto de estruturas econômicas defeituosas”.

Josué de Castro

RESUMO

O objetivo principal deste estudo é compreender o desenvolvimento local do assentamento Marrecas, em São João do Piauí, a partir da operacionalização de programas governamentais de aquisição de alimentos, neste caso o PNAE e PAA, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Uma contextualização da agricultura familiar no Estado do Piauí. Procura-se identificar as dificuldades, contribuições e as potencialidades durante o processo de comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar por intermédio do mercado institucional. Para que isso seja, adotou-se uma estrutura metodológica com base em levantamento de dados secundários a partir de relevantes consultas bibliográficas que tratam do tema abordado e outros instrumentos da pesquisa que permitem uma análise estatística. Inicia-se com uma abordagem sobre assentamento e luta de classe no campo, luta pela terra, MST, produção agrícola e consciência de classe como elementos contextuais. E apresenta-se um breve histórico das políticas de aquisição de alimentos no Brasil, a partir da análise das suas fases até sua universalização. Entende-se que o PNAE e o PAA são políticas voltadas para a garantia da melhoria da alimentação a pessoas em situação de vulnerabilidade e a estudantes da rede pública de ensino, voltadas também para melhorias nas condições de vida no meio rural, na inclusão produtiva e na educação bem como a redução das desigualdades sociais. Por meio deste estudo, foi possível verificar que os programas são indispensáveis, tendo em vista que têm uma contribuição direta para o desenvolvimento do assentamento e, conseqüentemente, para o município, por serem mecanismos que têm a capacidade de promover a inserção da produção da agricultura familiar no mercado. Existem alguns entraves na operacionalização dos programas. No caso do PAA, não está sendo acessado pelos assentados do PAA Marrecas outras modalidades como, por exemplo, a formação de estoques, o não cumprimento da legislação no que se refere aos recursos do PNAE advindos do FNDE para a aquisição da agricultura familiar de no mínimo 30%, a falta de uma melhor capacitação, no que tange a legislação, para os agentes envolvidos, a falta de assistência técnica e questão da logística para o transporte da produção comercializada dentre outros. É importante delimitar o grande potencial dos programas para o desenvolvimento local e, além disso, ressaltar que dependem da implementação de outras políticas públicas que promovam o desenvolvimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Assentamento. Agricultura Familiar. Mercado Institucional. Políticas Públicas. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The main objective of this study is to understand the local development of Marrecas settlement in São Joao do Piauí, through the operationalization of government food acquisition programs, in this case the PNAE and PAA, through the strengthening of family farming. A contextualization of family farming in the state of Piauí. The study seeks to identify the difficulties, contributions and potentialities of the process of commercialization of family farming products through the institutional market. To achieve this aim, a methodological framework was adopted based on secondary data collection from relevant bibliographic queries which deal with the theme and other research instruments that allow a statistical analysis. It begins with an approach to settlement and class struggle in the countryside, land struggle, MST, agricultural production and class consciousness as contextual elements. And it presents a brief history of the policies of food acquisition in Brazil, from the analysis of its phases until its universalization. PNAE and PAA are comprehended as policies aimed at ensuring the improvement of food for vulnerable people and public school students, also aimed at improving living conditions in rural areas, productive inclusion and education as well as the reduction of social inequalities. Through this study it was possible to verify that the programs are indispensable, given that they have a direct contribution to the development of the settlement and consequently for the municipality, as they are mechanisms that have the ability to promote the insertion of family farming production in the market. There are some obstacles in the operationalization of the programs. In the case of PAA, the settlers of Marrecas have no access to it and there are other modalities of obstacles such as stockpiling, non-compliance with the legislation regarding PNAE resources from the FNDE for the acquisition of family farming of at least 30%, the lack of better training, regarding the legislation, for the agents involved, the lack of technical assistance and logistics issues to transport the production, among others. It is important to define the great potential of local development programs and, moreover, to emphasize that they depend on the implementation of other public policies that promote the development of family farming.

Keywords: Settlement. Family Farmin. Institutional Market. Public Policies. Local Development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modalidades PAA	52
Quadro 2 - Caracterização do território municipal	58
Quadro 3 - Produção e área de lavoura permanente - 2018.....	59
Quadro 4 - Produção e área da lavoura temporária - 2018.....	60
Quadro 5 - Comercialização para o PAA/ CONAB (realizado pela APIM - Safra 2010 - 2015).....	64
Quadro 6 - Produtos comercializados para o PAA via SDR (APIM /2013)	65
Quadro 7 - Valores investidos na aquisição da agricultura familiar de acordo com a Prefeitura municipal de São João do Piauí - Ano de exercício 2011-2017	66

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

AESCAPI	Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Piauí
APFRUTAS	Associação de Processamento de Frutas
APIM	Associação dos Produtores Irrigantes de Marrecas
APM	Associação de Paes e Mestres
APPA	Associação de Pequenos Produtores do Alto Belo
APPAM	Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Marrecas
APPC	Associação dos Pequenos Produtores do Capim Grosso
ATES	Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental na Reforma Agrária
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CECANES	Centros de Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar
CEFAS	Centro Educacional São Francisco de Assis
CF	Constituição Federal
CGPAE	Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar
CGU	Controladoria Geral da União
CME	Companhia de Merenda Escolar
CNA	Comissão Nacional de Alimentação Escolar
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COMASJOPI	Cooperativa Mista dos Assentados em São João do Piauí
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FINSOCIAL	Fundo de Investimento Social
FISI	Fundo Internacional de Socorro à Infância
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação
FUNDAÇÃO	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CEPRO	
GGPAA	Grupo Gestor do PAA
GRECAM	Grupo de Produção de Remédios Caseiros
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Nacional de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome
MPU	Ministério e Público da União
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PTDRS	Plano de Desenvolvimento Territorial
PROCERA	Programa de Crédito Especial Para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa nacional de Educação na Reforma Agrária
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SAF	Secretaria da Agricultura familiar
SEMAR	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço Nacional de Alimentação e Previdência Social
SDT	Secretaria de Desenvolvimento territorial

SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SENAR	Nacional de Aprendizado Rural
SIGECON	Sistema de Gestão de Conselhos
SigPC	Sistema de Gestão e Prestação de Contas
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SIM	Sistema de Inspeção Municipal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
UNICED	Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNICEF	Fundação das Nações Unidas para a Infância
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. ASSENTAMENTO E LUTA DE CLASSE NO CAMPO.....	17
2.1 Luta Pela Terra e MST	21
2.2 A produção agrícola e a consciência de classe: elementos contextuais	26
2.3 Agricultura familiar e formação econômica: uma contextualização no Estado do Piauí.....	33
2.4 O Assentamento Marrecas.....	37
3. A EXPANSÃO DOS PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL: o PNAE e o PAA.....	40
3.1 O programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	42
3.1.1 Origem dos recursos	47
3.1.2 Formas de execução e de compra	47
3.1.3 Parceiros e suas competências.....	48
3.2 O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	50
3.2.1 Público Beneficiário	50
3.2.2 Modalidades.....	51
3.2.3 Operacionalização	55
4. O DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA E DO PNAE: o caso do assentamento marrecas em São João do Piauí.....	58
4.1 O município de São João do Piauí.....	58
4.2 Metodologia e análise dos resultados	61
4.3 Público alvo entrevistado.....	62
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	63
5.1 Resultados da entrevista com os responsáveis pelas entidades do assentamento responsáveis pelo fornecimento dos produtos	66
5.2 Resultados da entrevista com agricultores fornecedores de alimentos para o PAA e PNAE.....	69
5.3 Resultado da entrevista realizada com representante do poder público municipal ..	73
6. CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES	84
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM GESTORES DAS ENTIDADES DO ASSENTAMENTO.....	84
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES FORNECEDORES DE ALIMENTOS PARA OS PROGRAMAS.....	85
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA GESTÃO MUNICIPAL.	86

1. INTRODUÇÃO

Mesmo que os programas institucionais de aquisição de alimentos estejam em vigor a mais de 60 anos até a sua consolidação, no caso o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, que teve a formatação com a modalidade doação simultânea entre outras, é perceptível que ainda há lacunas a serem supridas para que o problema da carência nutricional dos estudantes brasileiros seja sanado, em uma realidade em que se vive, onde os agentes públicos mesmo sendo obrigados a adquirir ao menos 30% da alimentação escolar advinda da agricultura familiar, o que se vê é a não execução dessa lei, onde a maioria dos gestores preferem comprar produtos industrializados oriundos do agronegócio ao invés de investir na capacitação e no incentivo a produção por parte da produção familiar local.

Com tudo o que se pode perceber é que as políticas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico, de certa forma, não consideram a população rural como um potencial agente que também tem um papel fundamental no tocante ao desenvolvimento; nesse sentido, a falta de políticas de incentivo ao crédito, a assistência técnica e acesso aos canais de comercialização sempre foi um gargalo enfrentado por essa importante categoria social.

Nesse contexto, o governo brasileiro começou a perceber a importância desse segmento, a partir da década de 90, levando ao surgimento e a implementação de políticas públicas com novas estratégias voltadas para o desenvolvimento endógeno, especificamente da agricultura familiar, no sentido de diminuir o atraso provocado a este setor no período anterior, de modo a fortalecer a produção familiar e o desenvolvimento local.

A partir dessas constatações foram instituídos programas e políticas públicas que pudessem contribuir para diminuir a fome, melhorar o rendimento escolar e favorecer aos agricultores. Podem ser citados importantes acontecimentos, como: Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, criado em 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que mesmo tendo origem na década de 50, só conseguiu ser mais eficiente a partir dos anos 2000, principalmente com a sanção da Lei nº 11.9472, de 16 de junho de 2009, quando o programa foi estendido para toda a rede pública de educação básica, com a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE, no âmbito do PNAE, sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Os programas PNAE e o PAA surgem como estratégias de fomento à organização da produção e ao desenvolvimento local nos âmbitos sociais, ambientais e econômicos, frente às consequências negativas experimentadas com a implementação do outro modelo, que enfatizava a concorrência desleal e a primazia do agronegócio corporativista. Isso porque esses programas tendem a gerar renda e emprego, promover a segurança alimentar, fortalecer o cooperativismo, bem como trazer melhorias nas condições de vida dos agricultores familiares.

Sendo assim, o problema a ser norteador nesse trabalho está baseado nas seguintes pautas: será que os programas de aquisição de alimentos, considerando sua formulação no âmbito nacional (PNAE e PAA), quando operacionalizados no município e no assentamento estudado, têm êxito e conseguem alcançar seu objetivo como meio de promoção do desenvolvimento socioeconômico local e a garantia da qualidade de vida dos agricultores familiares assentados da reforma agrária em relação ao contexto que favorece aos grandes agricultores?

A hipótese é que as políticas públicas voltadas para os agricultores familiares do campo, especialmente as políticas de aquisições de alimentos governamentais, contribuem na sua potencialidade as melhorias das condições de vida. Contudo, apresentam entraves na sua operacionalização, resultando em uma execução abaixo do seu potencial e, além disso, dependem da implementação de outras políticas públicas de forma conjunta para que sejam mais eficientes.

Diante do exposto, este estudo se propõe a realizar uma análise da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, de modo que permita identificar as contribuições desses programas para o desenvolvimento local do Assentamento Marrecas, no município de São João do Piauí, identificando os entraves e os avanços ocorridos no processo de comercialização dos produtos provenientes da agricultura família por intermédio do mercado institucional de alimentos e apontar medidas e estratégias que possam fortalecer sua eficiência e eficácia desses programas.

A metodologia utilizada neste trabalho consiste em duas etapas: a primeira etapa versa em um estudo de dados secundários previamente selecionados, junto a bibliotecas, livrarias, internet, artigos e etc., com o intuito de se ter um referencial teórico e um conhecimento necessário; a segunda etapa se caracteriza pelas entrevistas com os agentes envolvidos e análise das informações obtidas, utilizando as técnicas de análise em conformidade com o que se propõe o objetivo da pesquisa.

O trabalho ora proposto é composto por três capítulos, organizados da seguinte forma:

O capítulo 2 trata sobre assentamento e a luta de classe no campo com uma contextualização geral voltada para desenvolvimento por meio da produção como processo de melhorias da qualidade de vida. Continuando o trabalho, o capítulo 3 trata sobre a expansão dos programas de aquisição de alimentos no Brasil, no caso o PNAE e o PAA, resgatando alguns antecedentes que levaram a universalização dos Programas de Aquisição de Alimentos, os avanços, as suas regras, proposições e a forma em que estão constituídos. O capítulo 4 trata do desenvolvimento local a partir da operacionalização do PNAE e PAA, no caso do Assentamento Marrecas, em São João do Piauí; também há uma contextualização do município estudado e a análise das entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa, de tal forma a compreender os impactos da execução desses programas no desenvolvimento local e, conseqüentemente, para a melhoria na qualidade das famílias beneficiárias, identificando a contribuição existente obtida no processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar no âmbito desse mercado.

Por fim, a conclusão apresenta os resultados alcançados a partir desse estudo, além de elencar recomendações para a operacionalização desses programas e propor sugestões para continuidade de estudos nessa área.

2. ASSENTAMENTO E LUTA DE CLASSE NO CAMPO

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, assentamento rural é o conjunto de unidade agrícolas independentes entre si, instalado onde já existia imóvel rural que pertencia a um único proprietário. É também uma palavra que identifica não só uma área de terra no âmbito dos processos de Reforma Agrária, designada à produção agropecuária e/ou extrativista, mas também remete a um espaço heterogêneo de grupos sociais compostos por famílias camponesas que, após a desapropriação adquirida pelos governos federal e/ou estadual, trabalham para cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à Reforma Agrária. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, em seus artigos 184 e 186:

Art. 84: Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988).

O artigo 186 trata da função social da terra e seu uso de forma racional. No caso dos assentamentos, a partir de suas conquistas por meio da ocupação, há uma forma legal garantida por lei que deveria ser cumprida, o que de fato não está sendo valorizado pelo Estado brasileiro.

O compromisso dessas famílias assentadas é promover o desenvolvimento a partir da agroecologia cooperada, criando uma base material, técnico-científica sobre a relação do ser humano com a natureza e com os demais seres humanos. Assim como levantar a produtividade física dos solos e a produtividade do trabalho, negando a lógica técnica-científica do capital, estimulando a diversificação produtiva e modificando os hábitos e atitudes frente à natureza, bem como alterando os hábitos de consumo e de produção de alimentos, economicamente livre e ecologicamente correto.

Criar condições para o trabalho, produção e moradia é o que os assentamentos buscam cotidianamente nas suas áreas, organizando a economia e as dimensões da vida social, seja ela educacional, cultural ou produtiva das famílias nas áreas desapropriadas para fins de reforma agrária.

Durante o processo de colonização no Brasil que, ligado ao desenvolvimento do comércio marítimo, veio a fortalecer a economia mercantil. Sendo assim, Stédile (Org.) (2011), afirma que, nesse caso, nas relações sociais implantadas no Brasil haveriam de

predominar não os traços da economia feudal decadente, mas os da economia mercantil em formação; e, por conseguinte, a exploração latifundiária, aqui, não teria as características fundamentais do feudalismo, mas as do capitalismo.

Como essa afirmativa, observou-se que, nesse período, o modo como a colonização brasileira foi implantado veio a fortalecer o sistema capitalista, uma vez que, na sua essência, já havia objetivos bem definidos para essa finalidade.

No seio das lutas sociais do campo, em 1984, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, que é um movimento social do campo brasileiro e tem suas origens na organização social dos trabalhadores e trabalhadoras que viviam no campo e não tinham um pedaço de terra para trabalhar e produzir o seu sustento (MST, 2014). Centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela reforma agrária e pelas transformações sociais necessárias para o país. Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, posseiros, pequenos agricultores, trabalhadores rurais sem terras, que estavam desprovidos de seu direito de produzir alimentos. Em sua maioria, expulsos por um projeto autoritário para o campo brasileiro, capitaneado pela ditadura militar, que então cerceava direitos e liberdades de toda a sociedade.

Nesse contexto é que se resolveu falar um pouco desse movimento, que tem um papel muito importante na organização e formação da consciência da classe trabalhadora. Stédile (2005) ressalta que o MST não se preocupa só com terra, se preocupa também com escola, com educação, tendo essa como o meio da organização social, que é possível formar os sujeitos sociais conscientes para buscar seus direitos.

Em contraposição ao papel que foi dado historicamente ao campesinato como classe pretensamente reacionária, Marx (2008), a partir da luta histórica por reforma agrária no Brasil podem ser construídas possibilidades históricas, de construção de uma consciência de classe que permita à organização de um movimento de contraposição as formas de produção que se pautam essencialmente no lucro.

Foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer se desenvolvam no terreno político, no religioso, filosófico ou noutro terreno ideológico qualquer, não são, na realidade, mais do que a expressão mais ou menos clara de lutas de classes sociais, e que a existência dessas classes, e portanto também as colisões entre elas, são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua situação econômica, pelo caráter e pelo modo da sua produção e da sua troca, condicionada por estes (MARX 18 BRUMARIO, 2008, p.204).

O controle dos meios de produção, historicamente, se apresenta como elemento determinante para que sejam mantidas as relações capitalistas de exploração. Assim sendo, o MST, por sua vez, como organização de formação de consciência de classe dos trabalhadores do campo, vem, desde sua gênese, buscando compreender os processos das lutas que antecederam em outros momentos e que sevem de base para que a organização do movimento continue a ser essa referência de movimento de massas no Brasil e no mundo. No pensamento marxista, a consciência emerge do pensamento social, de acordo com as ações do homem, sendo essa um produto social.

A consciência é, antes de tudo, a consciência do meio sensível imediato e de uma relação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas para o indivíduo que toma consciência; é, simultaneamente a da natureza que inicialmente se depara ao homem como uma força francamente estranha, toda poderosa e inatacável, perante a qual os homens se comportam de uma forma puramente animal e que os atemoriza tanto como aos animais; e, por conseguinte, uma consciência da natureza puramente animal (MARX; ENGELS, 1991, p. 36).

Considerando que as forças produtivas desenvolvidas historicamente criaram mecanismos que favoreceram sua emancipação, ou seja, dos capitalistas donos dos meios de produção e o fortalecimento do capital e a questão da propriedade e renda assim, como a relação entre produção industrial e produção agrícola, é preciso entender que ambas foram desenvolvidas de formas e contextos diferentes, é importante levar em consideração as relações sociais estabelecidas em sua constituição. Nesse sentido, Marx (2009) afirma que, em cada época histórica, a propriedade desenvolveu-se diferentemente e numa série de relações sociais totalmente distintas. Por isso, definir a propriedade burguesa não é mais que expor todas as relações sociais da produção burguesa.

Fundamentalmente, é importante observar os processos de formação assim como cada contexto social e histórico; nesse sentido, compreender e valorizar experiências faz com o que o MST fundamente-se e consiga organizar sua base social em busca de seus objetivos que são: a conquista da terra e, por meio dela, as garantias estruturais fundamentais para que haja uma vida digna o campo. Assim, Marx e Engels (2009) falam que a produção das ideias, das representações, da consciência está, em princípio, diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real.

Não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercambio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência (MARX & ENGELS, 2009, p.32)

Para Mészáros (2011), as tentativas equivocadamente concebidas de reduzir a ideologia à falsa consciência estão frequentemente associadas a uma visão rígida, fetichista e ciência. Na idéia de Mészáros, é possível compreender as formas como os defensores dessa visão tendem a desconsiderar ou ignorar até mesmo as diferenças óbvias entre a ciência *natural* e as ciências sociais. Dessa forma, compreender o processo de consciência durante a formação dos trabalhadores é de suma importância entender a distinção entre as ciências e sua importância na construção do processo de formação da consciência do sujeito. Ao falar sobre a natureza de um importante domínio das ciências sociais, a economia política, Marx coloca firmemente em relevo o modelo pelo qual a luta de classes tem um grande impacto sobre as potencialidades e limitações científicas da economia política burguesa.

Tratando sobre a ideologia, o autor faz uma reflexão sobre o a consciência das sociedades fazendo uma comparação entre propósito vital na arena social. Mészáros fortalece a necessidade de compreendermos sobre ideologia e consciência.

Assim, a ideologia é a *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, preocupada com a articulação e a firmação dos *conjuntos vivais de valores e estratégias*. Não em nome de alguma “reflexão teórica esperada” pseudocientífica, e nada mais, autoilusoriamente fantasiado sob o lema autocentrado da “prática [estritamente] teórica”, mas pelo propósito vital de levar até o fim o conflito fundamental na arena social, posto que os conjuntos rivais de valores são inseparáveis das *alternativas hegemônicas* objetivamente identificáveis da situação histórica dada (MÉSZÁROS, 2011. p 145).

Os dilemas da produção familiar e a luta de classes baseiam-se de forma consciente nas bases históricas e filosóficas acima citadas, daí a importância de organizações como o MST que se propõem como agentes de transformação social. Essa organização, que apesar de ser criticada e constantemente sofre com a ofensiva dos meios de comunicação que tentam desnortear o seu papel como agente transformador, também se baseia em princípios vitais para que as famílias sem terra possam conquistar um pedaço de terra para ali garantir o seu sustento, bem como lutar por direitos, além da conquista da terra, como: crédito para produção, acesso aos canais de comercialização, acesso à educação de qualidade, dentre outros direitos fundamentais, para que as famílias do campo possam ter melhores condições sociais e uma vida digna no campo brasileiro.

A possibilidade de conquistar um pedaço de terra é o que motiva uma família a ir para uma ocupação ou permanecer acampada por um período indeterminado. Nesse primeiro momento, é uma luta para atender, essencialmente, uma reivindicação econômica. Mesmo depois que a família está assentada, ela passa a lutar por créditos para a produção, por estrada, pelo preço de seu produto etc. (STÉDILI, 2005, p. 34).

É por terem a possibilidade de conquistar dignidade, as famílias sem perspectivas nenhuma de vida se tornam acampados e acampadas e essa luta se torna apenas o início de um processo contínuo, considerando que só a conquista da terra não é o suficiente para que essa sonhada mínima qualidade seja suprida pelas famílias.

Em suma, o que se pode dizer é que o contexto histórico da luta da classe trabalhadora do campo sempre foi marcado por desigualdades onde existe muita gente sem terra e a concentração de terra nas mãos de poucos; isso veio a fortalecer um cenário de uma triste realidade para os sujeitos do campo que, em sua maioria, são obrigados a migrar para os grandes centros, onde passam por situações de extrema pobreza, sem a menor condição digna de vida. O êxodo rural é a principal consequência da concentração da terra e da falta de políticas públicas voltadas para os camponeses que, sem outra saída, submetem-se a essa realidade cruel que é ter que viver fora do seu habitat natural: o campo.

2.1 Luta Pela Terra e MST

A luta pela terra no Brasil é um processo que se estabelece principalmente a partir do século XIX¹, não desconsiderando que, desde o início do processo da “colonização”, a ocupação do território foi marcada por conflitos entre população nativa e “colonizadores” devido ao interesse na exploração dos recursos naturais existentes, orientado por uma espécie de sentido no processo colonizatório (PRADO JÚNIOR, 2011).

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimentos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo oceano afora (PRADO JR, 2011, p. 19).

De acordo com Prado Jr (2011), todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período. Com base nessa

1. A primeira metade do século XIX constitui um período de transição durante o qual se consolidou a integridade territorial e se firmou a independência política. (FURTADO, 2000, p. 33).

afirmativa, percebe-se que os europeus, quando chegaram ao Brasil, já tinham certo sentido e objetivo pensado sobre a colonização.

Nos séculos XVI e XVII, cerca de 350 mil indígenas já escravizados na economia brasileira. A caça aos índios para escravizá-los teve diversos movimentos de resistência como, por exemplo: a Confederação dos Tamoios e a Guerra dos Potiguaras. Outra grande batalha na luta contra a escravidão aconteceu onde hoje é a Região da Fronteira Sul do Brasil com a Argentina, Paraguai e Uruguai. Neste espaço, disputado por Portugal e Espanha, foram Construídas as missões religiosas pelos padres jesuítas (FERNANDES, 2001. p. 25-26).

Guimarães (1968, p. 9) afirma que “a terra era um bem comum, pertencente a todos, e muito longe se achavam os seus donos de suspeitar que pudessem alguém pretender transformá-la em propriedade privada”. A partir disso, pode-se afirmar que, antes do avanço da exploração da produção por meio da propriedade da terra, os camponeses tinham suas terras onde poderiam plantar criar e garantir a sua sustentabilidade, também tinham um modo de vida baseado na cooperação. Com a colonização, foram introduzidos outros costumes que não faziam parte da realidade em que eles viviam. Pode-se citar a prática do escambo, que veio despertar o interesse pela acumulação de bens e da propriedade.

Considerando um contexto da Região Nordeste, Andrade (1963) afirma que a região é o conceito principal, considerando elementos da natureza e da sociedade, principalmente desta última, evidenciando aspectos fundamentais do uso da terra, da ocupação e das relações de trabalho no Nordeste brasileiro, ou seja, os sujeitos sociais, substantivando uma abordagem importante para sua época.

Implantada uma forma de utilização da terra e, conseqüentemente, um tipo de espaço, este nunca se torna definitivo, estático; com a evolução da economia e da sociedade, outras utilizações vão sendo dadas à terra, ora visando a modificar a produção, ora visando a acelerar a atividade produtiva, modificações essas que se exteriorizam no tipo do espaço produzido. Por isto a produção do espaço nunca fica perfeita e acabada, havendo uma constante reprodução da mesma (Andrade, 1984, p. 17).

Estas relações conflituosas se acirram principalmente a partir do século XIX, considerando aqui como elemento de referência para isto a implementação da Lei de Terras no Brasil, que efetiva o processo de organização da terra enquanto mercadoria. Com relação aos conflitos que dizem respeito especialmente aos agrários, Fernandes (2001) afirma que as lutas camponesas estiveram presentes na história recente do Brasil. Esta afirmativa leva a refletir o quanto a importância dos movimentos sociais no campo têm um papel fundamental

como alternativa a grande empresa agrícola mercantil que, diferente do trabalho camponês ou seja, do trabalho realizado pelo pequeno agricultor que é de forma braçal e considera a preservação do meio ambiente sem agredir de forma exagerada a terra, tem como finalidade principal a segurança alimentar e garantia que a reprodução material ocorra de forma a permitir o acesso mais universalizante.

Fernandes (2012) assim caracterizou o Movimento Sem Terra,

[...] é um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela reforma agrária e por mudanças na agricultura brasileira (FERNANDES, 2012, p. 496).

Nesse sentido, a conquista da terra e a constante luta pela reforma agrária passaram a estar intimamente ligada às mudanças estruturais em todo o conjunto da economia brasileira, considerando, assim, que a reforma agrária depende também de mudanças no modelo econômico vigente, especialmente se levar em consideração que a partir da última década do século XX se tenta implantar no país um modelo de desenvolvimento denominado de "neoliberalismo"². Dessa forma, a organização das lutas foi pautada nas mudanças ocorridas a partir desse período.

O primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso foi marcado por elevados déficits fiscais. As necessidades de financiamento do setor público, no conceito operacional, passaram de 0,4% do PIB no período 1991-1994 para 5,2% no período 1995-1998. Esse aumento das necessidades de financiamento decorreu não só do crescimento das despesas com juros reais – que passaram nesse mesmo período de comparação, de 3,3% do PIB para 5% – mas, principalmente, da evolução do déficit primário, que passou do superávit de 2,9% em 1991-1994 para o déficit de 0,2% na média dos quatro anos imediatamente posteriores (Tabela 1). Vale dizer, a deterioração do resultado primário foi largamente dominante em relação ao aumento do peso dos juros, se forem comparados os resultados médios de 1995-1998 com os de 1991-1994, em que pese o inequívoco predomínio do efeito do aumento dos juros na deterioração fiscal de 1998 (GIAMBIAGI *et al.*, 1990, p. 28).

2. O neoliberalismo é uma nova fase do capitalismo, que se impôs a partir do começo dos anos 1980. Considerando seus traços mais gerais nos países do Centro, como nos Estados Unidos e na Europa, destacam-se três características: uma dinâmica mais favorável da mudança tecnológica e da rentabilidade, a criação de rendas a favor das classes mais abastadas, e a redução da taxa de acumulação. O imperialismo na era neoliberal pode se caracterizar pela hegemonia dos Estados Unidos, que drenam fluxos enormes de renda do resto do mundo. Mas esse domínio é solapado pelos desequilíbrios externos crescentes do país, a expressão de uma onda extraordinária de consumo por parte das famílias (Duménil e Lévy, 2007).

Sendo assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por meio da ocupação e organização dos trabalhadores no campo, visa à construção de uma realidade alternativa a proposta da grande empresa agrícola.

As ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e por outros movimentos populares são ações de resistência frente à concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua na conquista da terra de trabalho, a fim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa (FERNANDES, 2001, p. 25).

Fernandes (2001) afirma que, a partir da constituição do MST, foi-se aprendendo que a luta não era apenas por um pedaço de terra, mas uma luta permanente pela dignidade e pela vida que se contrapõe ao modelo econômico que vem sendo implementado a partir da década de 1990. Daí a necessidade de reafirmar o seu papel como agente transformador que fomenta a buscas por melhores condições de reprodução da vida no campo.

Um fator importante a ser considerado pela organização dos trabalhadores é que essa luta surge em contraponto a grande agricultura mercantil que, apesar de se destacar na produção para exportação e não para a demanda alimentar do país, recebe o maior volume de recursos públicos em detrimento das demandas da agricultura familiar. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária - INCRA, o Plano Safra 2018-2019, destinando R\$ 31 bilhões para a agricultura familiar. Considerando o volume de recursos liberado, no ano passado teve um aumento de 1 bilhão, porém, analisando a importância desse segmento, que é responsável por 70% de alimentos para consumo no país, ainda é um valor irrisório. Já para o seguimento do agronegócio, de acordo com a Sociedade Nacional de Agricultura – SNA, para o período de 2018/19, o Plano Safra deverá ter recursos totais de R\$ 193 bilhões a R\$ 194 bilhões, recompondo a inflação e atendendo à demanda do setor, disse à Reuters o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura. Percebe-se a disparidade entre os volumes de recursos liberados para esses dois seguimentos, assim como o descaso com o compromisso com os agricultores familiares.

Outra forma organizativa valorizada pelo MST é a luta pela formação consciente dos camponeses e, para tanto, vem sendo construídas parcerias com instituições de ensino visando a formação superior dos seus assentados e acampados.

O objetivo do MST é a união da luta de todos os trabalhadores, não somente do meio rural, mais também da luta de toda a classe trabalhadora na busca por uma sociedade justa e igualitária, baseada na cooperação e não na exploração. É a identidade enquanto classe trabalhadora e a não segregação dos sujeitos que estão no campo e sujeitos que trabalham nas cidades, nas fábricas, entre outros (AUED E VENDRAMINI, 2012, p. 139).

O MST se afirma como movimento social de organização dos trabalhadores para os trabalhadores, considerando-se como uma alternativa no campo brasileiro voltada para a organização social e produtiva dos sujeitos no campo³. De acordo com Stédile (2005), o papel do MST é manter um vínculo de movimento de massas. Neste sentido, o autor demonstra o papel fundamental do movimento na organização da classe trabalhadora do campo reafirmando, assim, a sua importância enquanto organização social.

A formação, então, dá-se em todos os âmbitos e em todos os níveis educacionais e de capacitação. Para isto, o Movimento tem construído parcerias com instituições de ensino visando à formação superior dos seus assentados e acampados. No processo de formação política dos trabalhadores assentados, um dos temas abordados é o da solidariedade que se apresenta como elemento primordial, sendo que,

Essa solidariedade deve ocorrer em coisas práticas, como por exemplo, estabelecer um banco de doadores de sangue para os hospitais públicos das cidades próximas aos assentamentos. Devemos ser os primeiros voluntários a prestar ajuda em casos de catástrofes naturais, como enchentes, temporais, secas etc. Os assentamentos devem fazer brigadas de solidariedade para atender esses casos (STÉDILE, 2005, p. 123).

Considerando sua importância no sentido de agente mobilizador social, entende-se que a organização do MST surge como uma necessidade organizativa de uma parcela de trabalhadores que não possui o acesso à terra para garantir a sua reprodução material. Neste sentido, imprime relevante papel no processo organizativo da produção camponesa numa perspectiva não comercial, tendo destaque a produção agroecológica nos assentamentos organizados pelo MST.

3 O MST que segundo os depoimentos do antropólogo Darcy Ribeiro, do economista Celso Furtado, do fotógrafo Sebastião Salgado, do prêmio Nobel da Literatura José Saramago, do Compositor e cantor Chico Buarque e do Historiador Eric Hobsbawm, tem se constituído num dos mais importantes movimentos sociais de toda a história do Brasil (FERNANDES, 2001.p. 14).

2.2 A produção agrícola e a consciência de classe: elementos contextuais

A agricultura camponesa constitui o modo de produção para existência dos agricultores que vivem e retiram do campo o seu sustento, apresentando características semelhantes ao agricultor familiar; os agricultores camponeses, ao terem acesso a terra, produzem a sua alimentação básica e comercializam o excedente.

Agricultura camponesa é o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso a terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA, 2000 *apud* MOLINA e FREITAS, 2011, p. 26).

Na agricultura camponesa, a perspectiva da agroecologia vem sendo cultivada, podendo ser considerada como um modelo que valoriza os saberes dos antepassados que aproveita a matéria prima existente, bem como respeita o meio ambiente sem agressão ao solo, à água e a natureza de modo geral.

Machado e Machado Filho (2014, p. 35) afirmam que a agricultura para os novos tempos dispõe de saberes, desde os ancestrais aos atuais, e está apta a ser colocada em prática, principalmente nas bases da agricultura familiar camponesa, por terem a característica de produzir, respeitando o meio, os saberes populares e não uso de produtos químicos.

Agroecologia pode ser considerada uma construção recente; portanto, sua definição ainda não é consolidada. Constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originais e camponeses) que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e tecnificação da agricultura (LEFF, 2002 *apud* CALDART, 2012, p. 57).

Os autores acima concordam que a agroecologia é um tema bastante amplo, complexo e que tem muito que se discutir, porém, como os seus benefícios estão visíveis e difundidos, encontram-se potenciais consumidores que, por questão de uma boa saúde alimentar, chega a pagar um valor a mais por um produto que tenha como origem a produção sem o uso de agrotóxicos. Diante disso, pode-se dizer que a produção agroecológica é uma oportunidade para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa.

A grande parte da população está consumindo mais produtos saudáveis e de qualidade, e é neste contexto que a produção dos assentados e agricultores familiares se destaca, pois a

produção é cultivada, em sua maioria, sem o uso de agrotóxicos, considerando os paradigmas da agroecologia. Outro fator a ser observado nas feiras é o envolvimento direto das famílias com os consumidores, tornando a feira um espaço de troca de experiências e, ao mesmo tempo, de divulgação do fruto da reforma agrária, conquistado por meio da luta dos trabalhadores organizados que vivem e produzem o seu sustento no campo.

Corroborando com a ideia acima, Rodrigues *et al* (2007) apud Sousa *et al* (2011, p. 1) afirmam que

a crescente demanda por alimentos mais saudáveis torna a agricultura uma opção viável e rentável para a inserção dos pequenos agricultores no mercado. E para auferir tal destaque os atores sociais envolvidos, adotaram a produção agroecológica e a organização de feiras livres, possibilita a comercialização da produção diretamente aos consumidores, além de ser uma alternativa para melhoria da qualidade de vida de suas famílias, e em contrapartida das famílias que consomem os produtos agroecológicos.

Considera-se sustentabilidade o termo usado para definir ações e atividades concretizadas pelo homem do campo com o objetivo de suprir suas necessidades atuais, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Desta forma, a sustentabilidade está relacionada ao desenvolvimento econômico e material, contudo sem agressão do meio ambiente, usando racionalmente os recursos naturais para a manutenção no futuro (MEIO AMBIENTE, 2019).

Os processos, meios de aplicação de determinada ação, que são fundamentais para a produção tiveram o papel de fortalecer as dinâmicas utilizadas durante a fase do aprendizado. Por meio da comunicação entre os sujeitos emissor e receptor.

O processo pedagógico é baseado na conjugação de teorias psicológicas, sistêmicas de administração e de comunicação, estando intrínseco ao processo de modernização da sociedade brasileira. A técnica de ensino é um elemento da racionalidade que se busca fixar no processo pedagógico. Apesar de ser condição necessária e indispensável, a técnica de ensino não é suficiente, pois favorece e condiciona o próprio processo pedagógico (ARAÚJO, 2014). De acordo com Reibnitz e Prado (2003, p. 442), “o processo pedagógico se realiza num dado momento, não se repete, não retorna, pois, cada indivíduo é um e cada momento é único; valoriza e destaca a subjetividade nas relações”. A Pedagogia do Movimento reafirma, para o este tempo, a radicalidade da concepção, pensando-a como um processo de formação humana que acontece no movimento da práxis: “o ser humano se forma transformando-se ao transformar o mundo” (CALDART, 2012, p. 546).

Para Libâneo (2007), a prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e política da coletividade. Os processos formativos são muito importantes para a formação dos sujeitos em todas as classes sociais existentes, é por meio deles que são constituídos homens e mulheres capazes de transformar realidades. Os assentamentos coordenados pelo MST e, nesse caso específico, o Assentamento Marrecas, apresentam uma situação interessante no processo de formação.

Todas as técnicas adquiridas pelas famílias foram coordenadas pelo Centro Educacional São Francisco de Assis - CEFAS e pelo MST; inicialmente, foram feitos vários cursos, dentre eles o curso de Agricultura Orgânica, Produção de Defensivos Naturais, Horticultura, Criação de Abelhas, Associativismos e Gestão. Em todos os processos foi adotada uma metodologia participativa, envolvendo os sujeitos desde a construção coletiva do planejamento ao desenvolvimento das ações, fortalecendo o aprendizado por ser uma metodologia em que permite a troca de experiências, consolidando as discussões em unidades e grupos de família coletiva que compõem o assentamento e a associação.

Uma característica fundamental que contribui para fortalecer o grupo é o trabalho como princípio fundante e educativo, sendo assim, a base formativa nas ações sempre prioriza o fortalecimento do trabalho coletivo.

Trabalho emancipado é condição de emancipação humana, mas não é apenas depois de emancipado que o trabalho passa a ser educativo transformador do ser humano: a educação acontece na dialética entre a transformação das circunstâncias e autotransformação que esse processo provoca e exige (acontece na práxis) (CALDART, 2011, p. 65).

Acreditando que o ser humano é capaz de produzir para sua existência no campo, sem precisar sair para cidade em buscas de “melhorias”, é que se continua apostando na capacidade do camponês por meio do processo formativo, tendo o trabalho como princípio emancipador.

Em termos de desenvolvimento da produção agrícola, o Movimento defende uma matriz produtiva que se contrapõe à matriz tecnológica adotada pelo capital, sendo a agroecologia uma referência. Como conceito, adquire sentido político, no momento que congrega “conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais” (dos povos originários e camponeses) que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às

práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura (LEFF, 2002, p. 42, GUBUR; TONÁ, 2012, p. 57).

Como desdobramento do debate entre as famílias camponesas sobre a necessidade da agricultura agroecológica, foi criada a Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, em 2002 e a Associação Brasileira de Agroecologia – ABRA, em 2004.

O termo assume sentido político quando as organizações sociais do campo desencadeiam iniciativas e ações que confrontam a lógica do agronegócio e articula a agricultura às várias dimensões da vida humana, seja social, econômica, ambiental e cultural, ou seja, a produção extrapola os limites técnicos do termo, sendo ampliado seu papel no processo civilizatório, no momento em que acontece

... o manejo ecológico dos recursos naturais mediante formas de ação social coletiva que apresentem alternativas à atual crise civilizatória. E isso por meio de propostas participativas, desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para fazer frente à atual deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo (SEVILLA-GUSMÃO, 2001, citado por GUBUR; TONÁ, 2012, p. 61).

Como dito pelos estudiosos, esta concepção produtiva considera aspectos fundamentais no que se refere à organização da sociedade, como a produção em si e a circulação, que resultam em formas de consumo que superam a ordem produtivista e consumista estimulada pelo capital. Em meio a isto, mostra compromisso com o meio ambiente, suprimindo práticas destrutivas, como o uso de elementos químicos que deterioram a ecologia. Práticas produtivas que não tenham como pretensão de produzir meras mercadorias resultam em concepções sociais e políticas diversas das que orientam as relações na sociedade atual.

Para movimentos que fazem a luta pela terra, o campo deve constituir espaço e território de vida, onde as relações homem e natureza, e entre os homens, incluindo aí, mulheres, crianças, jovens e velhos, sejam pautadas em valores éticos de solidariedade e respeito. Nesta perspectiva, a prática produtiva constitui práxis social, com propósitos revolucionários, posto que constrói outras relações sociais.

Pode-se dizer que o MST, especificamente, trabalha a agroecologia a partir de duas estratégias, sendo uma as parcerias com entidade e organizações nacionais e internacionais, tanto em nível de debate teórico quanto em nível de ações. Dentre as muitas parcerias, encontram-se a ANA, a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil - FEAB, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, a Coordenação Latinoamericana de Organizações do

Campo - CLOC, a Via Campesina, além de universidades nacionais e internacionais. Internamente, nas áreas de assentamentos, muitas são as produções organizadas pelas famílias, através de suas associações e cooperativas.

Famílias assentadas têm se organizado e se dedicado a esta produção, em uma diversidade de cultivo com uva, feijão, arroz, café, banana, goiaba, acerola, dentre tantas outras, em assentamentos de Norte a Sul do país. Algumas destas produções de forma mais incipiente, enquanto outras já se encontram consolidadas, a exemplo do arroz produzido no Rio Grande do Sul, cuja experiência foi iniciada há vinte anos por famílias assentadas organizadas em uma rede de cooperação entre assentamentos diversos. Inicialmente, sofrendo todos os preconceitos e dificuldades econômicas, técnicas e políticas, tem hoje o reconhecimento público de maior produção de arroz agroecológico da América Latina.

A importância desta produção não se limita ao volume, quantidade de famílias envolvidas ou à capacidade produtiva da cooperativa responsável, o que não deixa de ser importante, pois 363 famílias de 15 assentamentos produziram 16 mil toneladas de arroz orgânico (MST, 2019), mas sua importância alcança outras dimensões de vida das famílias assentadas. Esta produção contesta o agronegócio, e aposta “em um novo jeito de produzir, com respeito à vida, aos ciclos da natureza e ao meio ambiente” (MST, 2019), o que infere competência, respeito, autoestima, empoderamento, e claro, novas relações sociais, conforme o assentado José Carlos de Almeida, que diz “através da produção agroecológica, nós somos reconhecidos, respeitados e temos força. Hoje, somos os maiores produtores da América Latina” (MST, 2019).

Elemento fundamental para o avanço deste processo é a formação política ideológica proporcionada através de cursos de formação e qualificação formal e informal. A compreensão de que a produção e tudo que a ela diz respeito é política, possibilita que as famílias assentadas se percebam como sujeitos, o que fica bem demarcado na fala do assentado Giacomelli, quando trata do arroz orgânico. Segundo ele, “não existe agricultor orgânico que não tenha cabeça aberta. Ele precisa ter em mente a política, entender de sociedade, saber da conjuntura e do novo momento”, e com isto saber seu papel na história.

Múltiplas são as experiências acerca da organização da produção como ação política ou práxis sociais das famílias assentadas, sendo, no entanto, importante destacar que a intencionalidade do processo formativo do Movimento imprime uma dinâmica própria nos acampamentos e assentamentos organizados pelo MST, que tendem à outra concepção de sociedade.

A educação no campo surge em um momento em que os sujeitos do campo buscam, por meio da reivindicação, um dos direitos básicos assegurados na constituição federal que é o acesso à educação. Nesse contexto, os sujeitos querem que essa garantia seja feita no campo e que o espaço escolar seja considerado como local de transformação, bem como venha a fortalecer os avanços na qualidade de vida no campo, o território como espaço de vida e de gente não ameaçado pelo abandono do estado brasileiro que, contraditoriamente, não dá atenção necessária para uma produção sustentável que garanta alimentos para as famílias. Isto é, o Estado tem o dever de garantir aos sujeitos do campo uma agricultura familiar camponesa, dando a todos (as) subsídios que fortalecem a produção voltada para a vida, e não o subsídio de uma agricultura para exportação no que acontece na base real do financiamento do agronegócio.

Na realidade atual do campo, verifica-se que as fortes contradições decorrentes da expansão das relações capitalistas na agricultura acirram o contraponto entre lógicas ou modelos de produção agrícola. Trata-se da polarização entre a agricultura voltada para a produção de alimentos (lógica do trabalho para a produção da vida) – identificada como agricultura camponesa, dada sua forte ligação com o modo camponês de fazer agricultura –, e agricultura voltada para o agronegócio, sobre tudo para a produção de *commodities* (lógica do trabalho para a produção do capital) – chamada de agricultura capitalista ou de agronegócio, ou, ainda, de agricultura industrial, dada a sua subordinação da indústria (CALDART, 2010 *apud* MOLINA e FREITAS, 2011, p. 18).

Historicamente, os povos do campo vêm sofrendo a falta de políticas públicas adequadas e voltadas para melhorar as condições de vida no campo, vivendo muitas vezes uma contradição cruel e sem nexos com a realidade social; em boa parte das comunidades de assentamento, não existe saneamento básico, posto de saúde com qualidade, bem como a educação sofre com as precárias condições das escolas e do ensino.

A educação é um dos pilares da formação dos sujeitos, nada justifica o não investimento público nas estruturas das escolas do campo, o que de fato acontece é um brusco fechamento das escolas existentes. Os espaços, que deveriam representar vivências educativas das pessoas em busca de sonhos e desejos de dias melhores, aparecem como um espaço da desesperança e abandono do poder público.

O autofortalecimento da agricultura capitalista, que reforça o agronegócio, vem constantemente causando o êxodo rural e a exploração do trabalho, visando o lucro acima de qualquer custo. É neste contexto em que se encontram as populações do campo, havendo a necessidade imediata da busca por melhorias das condições de vida nesses lugares, sob a pena

do seu desaparecimento, se não houver ações afirmativas de valorização do homem do campo pelo estado e os governos.

Para Molina e Freitas (2011), a forte dominação econômica e a hegemonia cultural da agricultura capitalista sobre a camponesa não eliminou a polêmica, ao contrário, ela vem sendo acirrada à medida que as contradições da lógica capitalista vão ficando mais explícitas.

Percebe-se que essa dimensão, amplamente favorável ao avanço da agricultura capitalista ou o agronegócio, fortalece a ideia que a agricultura camponesa é frágil e desqualificada. Assim, os pequenos agricultores camponeses, que têm pouco incentivo à produção e as condições dignas de viver no campo, estão sendo ameaçados de extinção com o avanço da produção em grande escala para a exportação.

O que se propõe, pelos movimentos sociais organizados do campo, é que haja o direito, uma ação afirmativa de política pública concreta que venha a beneficiar essas camadas sociais de baixa renda no campo que clamam por melhorias e, no entanto, o que é repassado pelos governantes é insignificante. Pois os agricultores familiares camponeses são os que produzem a maioria da alimentação humana e o que mais gera empregos diretos, contrapondo o modelo do agronegócio, que explora com trabalho escravo, uso abusivo de agrotóxicos, não gera empregos e contribui para o êxodo rural e a contaminação do meio ambiente.

Esse novo jeito de fazer educação protagoniza aos sujeitos do campo um fortalecimento da vivência social e do cultivo e fortalecimento da cultura local; é por meio das ações da educação do campo e das constantes lutas sociais protagonizadas pelos movimentos sociais do campo que acontecerá a emancipação dos sujeitos ali residentes; ocorre, ainda, a fixação destes no campo, sem ter que sair para ter um acesso a esse bem imensurável que é fundamental e que é negado pelos governantes.

A escola do campo tem um importante papel social no processo de formação, sendo que é por meio da formação adotada pela instituição escola, a educação nesse espaço social deve ser voltada para a busca constante de melhorias para os seus habitantes.

É aí que surge a ação importante do educador comprometido com as causas sociais no campo; esse formador de opiniões tem a tarefa de, junto com seus educandos, traçar caminhos que fortaleçam o enfrentamento direto com os opressores, aqueles que não querem que o camponês tenha direito a melhorias das condições fundamentais da vida e da existência nos espaços que residem na sociedade.

Acredita-se que a junção escola do campo e educação do campo contribui significativamente para o enfrentamento direto com a exploração capitalista que, dentre outras

ações danosas, explora com o trabalho escravo, destrói o meio ambiente e contamina o solo e a água.

Portanto, um povo consciente e tendo uma educação onde considera o meio como um espaço promissor e com a educação, possibilita o fortalecimento das forças questionadoras para combater qualquer tipo de exploração, e os espaços específicos de formação com a educação própria fortalecida a cada dia contribui para a emancipação dos sujeitos do campo.

2.3 Agricultura familiar e formação econômica: uma contextualização no Estado do Piauí

A agricultura familiar é atividade econômica prevista na legislação brasileira, por meio da lei nº 11.326/2004, são considerados agricultores e agricultoras familiares àqueles cidadãos e cidadãs que dentre outras, desenvolvam práticas no meio rural

Bittencourt e Bianchini (1996) definem como agricultura familiar toda aquela unidade que tem na agricultura sua principal fonte de renda e que tem como base da força de trabalho empregada os membros da família; de acordo como os autores, essa categoria permite o emprego temporário de acordo com a necessidade da produção; uma outra característica da agricultura familiar é que podem até contratar terceiros, mas 75% da mão de obra deve vir do grupo familiar.

De acordo com (CALDART 2012), a expressão agricultura familiar traz como corolário da sua concepção a ideia de que a possibilidade de crescimento da renda familiar camponesa só poderá ocorrer se houver a integração direta ou indireta da agricultura familiar com as empresas capitalistas, em particular as agroindústrias.

Sendo assim, a agricultura familiar tem na sua essência o papel de ser esse elo entre os camponeses e a possibilidade de melhor organização desse importe personagem do/no campo, havendo o fortalecimento por parte dos governantes no incentivo a produção, agroindustrialização e comercialização da produção, consequentemente o desenvolvimento sustentável acontecerá nas comunidades dos agricultores familiares.

De acordo com o último Censo Agropecuário, a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do País e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo. Isso reforma a importância de defender ações

voltadas para esse seguimento que não tem tido atenção merecida por parte dos governantes e que ainda priorizam a produção em grande escala voltada para a exportação.

Ainda sobre a ideia acima, é importante ressaltar que a agricultura familiar ainda produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. Com base nessas informações, pode-se afirmar que a agricultura familiar tem um importante papel na sociedade brasileira, tanto na produção para alimentar a população, como pra garantir a permanência do homem no campo evitando o êxodo rural.

Historicamente, o Estado do Piauí foi marcado pelo atraso no desenvolvimento da agricultura, sendo na década de 1970, em relação agricultura Brasileira e do Nordeste, como um dos piores índices de produtividade em relação aos demais Estados. Assim, de acordo com a Fundação CEPRO (1978), é fácil entender, portanto, que a condição de atraso da agricultura do Piauí vem refletir pesadamente sobre a economia global do Estado, em virtude a alta participação que tem este setor na formação de sua renda.

Com o objetivo de compreender a formação da sociedade piauiense numa abordagem em sua totalidade, é imprescindível considerar os elementos fundamentais nos espaços territoriais, bem como as suas características econômicas e socioculturais. O desenvolvimento desproporcionado desta economia, relacionando a outras unidades da federação. Assim, buscou-se desenvolver os caminhos da produção agropecuária baseado no contexto do extrativismo e nos resquícios de modelos centrados na cultura e na aculturação impostas por coronéis.

Segundo o economista Jorge Bandeira (1983), pesquisador da Fundação CEPRO, em sua pesquisa sobre a divisão regional do trabalho e seus impactos nas relações sociais do trabalho, desveladas as três fases

pelas quais atravessou a economia para a sua inserção na divisão nacional do trabalho.

A economia e suas fases são: a) A primeira fase, aquela hegemonicamente dominada pela produção agropecuária, é marcada pelo trabalho compulsório, isto é, o trabalho predominante escravista (1680 a 1870); b) A segunda fase foi aquela ancorada na inserção do Piauí na divisão internacional do trabalho, impulsionada economicamente por atividades vinculadas ao extrativismo vegetal, com suas cadeias produtivas, sustentadas no longo prazo, onde as relações de trabalho já apresentavam caráter parcialmente monetizado com ares de civilidade (1871 a 1970); c) O terceiro estágio dessa evolução teve início em 1950, fortemente influenciado pela crise da economia extrativa e impulsionado por maior integração interativa

do Estado no desenvolvimento do sistema capitalista em solos piauienses. Esta fase foi caracterizada predominantemente pelas culturas alimentares, comandada pelos pequenos produtores, parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos produtores proprietários e não proprietários (1871 – 1950). Vale ressaltar que a década de 1950 foi marcada pela crise da economia extrativa e uma maior integração de nosso território a economia nacional (CEPRO, 1983).

As condições naturais em que está inserido são melhores que no setor anteriormente ocupado às margens do rio São Francisco, com pluviosidade mais elevada e melhor distribuída, cursos de água permanentes, pastagens naturais e de melhor qualidade. As fazendas de gado no Piauí tornar-se-ão, as mais importantes de todo o Nordeste, tanto que a maior parte da carne de gado consumida na Bahia era oriunda do Piauí, embora tivesse que percorrer longos caminhos para alcançar os mercados consumidores, cerca de mil quilômetros ou mais.

Sendo assim, a formação socioeconômica piauiense originou-se da competitividade mercadológica e o confronto de sistemas produtivos, vinculados prioritariamente ao setor primário, tendo como base a pecuária e a cana-de-açúcar. Na seqüência, enfrentou a concorrência da nascente pecuária do sul de Minas Gerais, derivada da decadência da produção de ouro, onde se concentrava a maior parte da população da época. No que pese a impropriedade da referida cultura para a região. Assim, consolidando as duas dimensões mercadológicas mais importantes para a época, tem-se:

A primeira delas seguiu o curso do rio, cumprindo importante papel no início do povoamento das minas gerais, que serviam de mercado para a carne produzida nas fazendas do alto São Francisco. A segunda direção foi a tentativa de expansão do comércio de carnes para o Rio de Janeiro, entretanto não contava com fatores negativos, como foi o fechamento da comunicação com o norte, concentrando a fiscalização nos caminhos do Rio de Janeiro com intenção de impedir o avanço promissor no Piauí na perspectiva de seu estabelecimento no cenário nacional como referência de produção neste ramo de produtividade (PRADO JR, 1998,p. 66-68).

Tendo como base para essas informações, a ocupação territorial materializada através da implantação das fazendas de gado, originalmente vindas de São Paulo, Pernambuco e, principalmente, da Bahia. Que norteadas pelo implacável processo de extermínio e espoliação dos nativos, processo esse executado por portugueses, espanhóis e seus descendentes brasileiros, paulistas, baianos, pernambucanos, com auxílio dos Bandeirantes. Segundo o Historiador Paulo Machado, em seu livro denominado *As trilhas da morte*, encontra-se:

A partir do século XVII, na área de abrangência da bacia hidrográfica Parnaibana piauiense, localizada nas regiões Sul e Sudeste do Piauí - onde predominam os cessados piauienses – quando nesta época eram povoados por tribos indígenas das nações Acroá, Gueguê Timbira, infelizmente exterminados (MACHADO, 2001.p.18).

Desta forma, observa-se que a exploração da pecuária, constituída pela criação de gado, estava diretamente ligada ao extermínio das nações indígenas, que tinham como significado, na época, de uma “ameaça” aos investidores regionais e nacionais. Essa implementação desse sistema econômico, para acontecer, seria necessário a captura dos indígenas para domesticá-los e submetê-los ao trabalho forçado nas grandes fazendas, ou para comercializá-los em outras capitanias.

Tais elementos evidenciam um dilema causado através do confronto direto de interesses ligados diretamente à estrutura fundiária, caracterizada pela concentração e a desigualdade, o que ocasionou frontalmente as populações urbanas e rurais. Outro lado dessa abordagem buscará entender o grande contingente da população vivendo nos aglomerados urbanos, apesar do vínculo inseparável com o campo e com a cultura camponesa. Isso em virtude de que sua sobrevivência é fundamentalmente dependente da agricultura, com algumas variações materializadas pelos serviços públicos.

As atividades e profissões tradicionais juntam-se às novas ocupações e às atividades burguesas, da classe média tradicional e às modernas, formas, formando mescla de formas de vida, atitudes e valores. Tal cidade cujo comando técnico da produção é bastante amplo tem, também, um papel político frente a esta mesma produção (SANTOS, 2000, p. 91-116).

Como se pode observar, o estado do Piauí tem na sua essência características da exploração do homem pelo homem, a extinção de raças indígenas por parte de seus exploradores, visando a criação de gado para abastecer, principalmente, outros estados. O êxodo rural causado pela exploração do latifundiário e o trabalho escravo também fazem parte da sua formação econômica. O pequeno agricultor ficou fora desse processo, pois apenas participou como coadjuvante, sendo explorado de forma cruel, muitas vezes subumanas, considerando os fatos que ocorreram naquela época. No entanto, é importante ressaltar que o processo de formação econômica com base na questão agrária da época não faz com que o estado do Piauí, hoje, deixe de ser menos importante que os demais, apesar de ainda ter muito o que melhorar, tanto na forma de exploração quanto na criação e aplicação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento humano.

Sendo assim, pode-se considerar que ainda existe muita riqueza natural a ser explorada e o que os governantes poderão trabalhar formas que considerem o desenvolvimento humano voltado mais para o social do que o econômico, uma vez que os projetos que ora estão sendo implementados, buscam apenas o desenvolvimento econômico muitas vezes com ações parecidos as da colonização, expulsando pessoas de suas comunidades, dizimando sua história e cultura, visando apenas a exploração para obter lucro.

2.4 O Assentamento Marrecas

O Projeto de Assentamento Marrecas está localizado no município de São João do Piauí, a 499 km da capital Teresina, na região sul do semiárido piauiense, distante 30 km da sede do município. Seu acesso se dá pela rodovia PI 141 que liga Canto do Buriti a São João do Piauí, e desta por uma estrada carroçal até o assentamento.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST tem por objetivo a luta pela Reforma Agrária e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com a diminuição das diferenças econômicas e sociais no Brasil, particularmente nas zonas rurais do país.

O assentamento Marrecas é fruto do trabalho de organização do MST no Piauí, resultado da união de 150 famílias rurais Sem Terra da Microrregião de Picos, que se uniu para discutir e encaminhar o problema vivido por inúmeras famílias carentes da região, ocupando, em 10 de junho de 1989, uma fazenda abandonada localizada no município de São João do Piauí, na região Sul do Estado.

A Fazenda Marrecas totaliza 10.041 hectares de terra às margens do Rio Piauí e abrigou famílias que vinham dos municípios de Simões, Padre Marcos, Oeiras, Pio IX, Dom Expedito Lopes e Paulistana, tendo como objetivo fazer na prática uma verdadeira Reforma Agrária.

As dificuldades foram inúmeras: repressão, discriminação pela população local, falta de estrutura, fome ocasionada pela seca, doenças, entre outras. Logo após a ocupação, a comunidade organizou vários grupos de trabalho: produção, saúde, educação, horta, caça, pesca, negociação, dentre outros, tendo como objetivo melhorar sua organização. As famílias resistiram e se organizaram, até e conseguiram a desapropriação da fazenda.

Existe uma grande área de preservação permanente, parcialmente intocada, localizada a 10 km ao norte da Agrovila Sede, com uma área de aproximadamente 2000ha e uma área de

300ha de reserva legal localizada a 600m a oeste da Agrovila Sede, onde se encontra grande parte do carnaubal. Para haver uma melhor preservação dessas áreas, é preciso fazer a demarcação efetiva delas, pois até agora foi feito apenas o levantamento do perímetro.

O Assentamento Marrecas está localizado na região do Semi-árido piauiense, com índice pluviométrico médio anual entre 600 a 700 mm, com chuvas mal distribuídas. O período chuvoso ocorre entre os meses de novembro a abril, com elevados índices de precipitação pluviométrica nos meses de fevereiro a março, quando eventualmente ocorre excesso.

De acordo com Neto et al (2001), os solos são profundos, bem drenados, bastante porosos, ácidos e de baixa fertilidade (teor de matéria orgânica). Nas áreas próximas do Rio Piauí e das lagoas, há trechos com melhor fertilidade. A capacidade de uso da terra é medida através da observação dos seguintes fatores: declividade, erosão, drenagem natural, permeabilidade e possibilidade de erosão. Os solos do imóvel, em uma verificação preliminar, podem ser classificados da forma espalhada, ao qual se fazem os seguintes comentários a título de uma complementação:

Investigou-se a constituição dos estabelecimentos, segundo a condição legal das terras, de acordo com a seguinte discriminação: próprias (inclusive por usufruto, foro e enfiteuse); arrendadas (mediante pagamento em quantia fixa em dinheiro ou cota-parte da produção); parceiros (mediante pagamento de parte da produção obtida - meia, terça, quarta, etc.); ocupadas (ocupadas a título gratuito, com ou sem consentimento do proprietário). Chama-se a atenção para os dados referentes à categoria assentados, pois eles não expressam o quantitativo da realidade, visto que somente o assentamento em estudo contém 321 famílias assentadas em uma área de mais de 10 mil hectares. Além disso, existem outras áreas de assentamentos no município de São João do Piauí que são contemporâneas ao período destes dados.

No que se refere aos solos do Assentamento Marrecas, foram identificados dois tipos de solos: os de chapadas, que se caracterizam como profundos, arenoso, de baixa fertilidade e com baixo teor de matéria orgânica; e solos de baixões, que ficam nas proximidades do rio Piauí e se caracteriza como solo argiloso, arenoso, fértil, com considerável teor de matéria orgânica (Araújo, 1997; Neto et al, 2001; AESCAPI, 2007). Em estudo para elaboração Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA, realizado por Neto et al (2001), foi levantada a capacidade de uso das terras de Marrecas a partir dos seguintes fatores: declividade, erosão, drenagem natural, permeabilidade e possibilidade de erosão. A partir deste estudo, classificou-se os solos de Marrecas em quatro níveis, a saber:

CLASSE II: Terras que se prestam a lavouras anuais mediante práticas simples de irrigação, adubação e aplicação de corretivos. As terras desse tipo se localizam na faixa ribeirinha do rio Piauí com 5% da área total do PA [projeto de assentamento] ou 502,05ha.

CLASSE III: Terras apropriadas para lavoura permanentes ou eventualmente culturas anuais exigindo práticas continuadas de irrigação, adubação e correção de solo. Constituem o trecho maior da propriedade intercalado pela classe seguinte. Possui cerca de 50% da área ou 5.020,50ha.

CLASSE IV: Terras impróprias para lavoura, mas que podem ser utilizadas com pastagens, exigindo irrigação e manutenção da fertilidade. Diferencia-se da classe anterior por apresentar menor potencial produtivo. Possui 40% da área ou 4.016,40ha.

CLASSE VIII: Terras impróprias para qualquer tipo de exploração agrícola. São os afloramentos rochosos ocorrentes, principalmente ao norte. Possui cerca de 5% da área ou 502,05ha. Finalmente terras inaproveitáveis, constituídas pelo leito do rio Piauí e estradas. (NETO et al, 2001, p. 10, grifos do autor).

Em relação ao estado de conservação do solo, o mesmo encontra-se conservado em 90% da área, sendo que os 10% restantes apresentam erosão laminar.

3. A EXPANSÃO DOS PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL: o PNAE e o PAA

Os programas de aquisição de alimentos no Brasil levaram, em média, 30 anos para serem concretizados, apesar da incessante pressão da sociedade civil organizada juntamente com os movimentos sociais, que demandavam políticas públicas de estado para essa finalidade, considerando as desigualdades sociais, como a fome e a desnutrição das crianças, sendo essas vulnerabilidades corriqueiras no início do século XX.

A expansão e descentralização do PNAE e PAA passaram a suprir parte da demanda da sociedade no Brasil e, com isso, contendo o avanço do capital no campo, apesar das dificuldades na sua operacionalização, sem autonomia e com constantes mudanças na legislação. Contudo, é dado início a novos rumos no tocante ao acesso ao mercado institucional de alimentos, que veio a quebrar barreiras, abrindo caminhos ao acesso aos canais de comercialização por parte dos agricultores familiares.

Historicamente, o Brasil convive com problemas estruturais e contradições sociais, sendo assim, o Estado possui uma maior necessidade de intervir e sanar essas vulnerabilidades, pode-se citar a fome como exemplo. Com base nessa afirmativa é que surgem algumas iniciativas visando, dentre outros objetivos, a erradicação da fome, apesar de no momento ser pouco representativa nos setores da sociedade civil juntamente com os movimentos sociais.

Assim, Castro (2003, p. 52) afirma que,

Não há como esconder que a fome, nas suas diferentes formas de fome quantitativa ou fome qualitativa, é sempre um produto direto do subdesenvolvimento e que o subdesenvolvimento não é um fatalismo provocado pela força das coisas, mas um acidente histórico provocado pela força das circunstâncias.

Importante ressaltar que a década de 1940 foi marcada por importantes iniciativas instituídas com o objetivo de assegurar melhores rendimentos para os trabalhadores, pode-se citar, dentre outras, a ampliação dos direitos trabalhistas; essas melhorias são fruto das lutas populares que, de forma organizada, reivindicam seus direitos.

Nesse contexto, ocorreram manifestações por meio da sociedade civil organizada, que fizeram protesto reivindicando principalmente melhorias nas atividades laborais, condições dignas de trabalho e salários justos. Essa precarização do trabalho, naquela época, era uma

marca de uma economia baseada em um pilar primário – exportador com elevados preços dos alimentos beneficiados que eram importados. Estes fatos contribuíram para a criação dos movimentos sociais e ao sindicalismo no Brasil, que pressionava o Estado a garantir direitos aos trabalhadores.

Diante dessa conjuntura, foram elaborados programas governamentais neste âmbito no Brasil, principalmente nos anos 30, visando a erradicar a fome pelo acesso aos alimentos a pessoas em vulnerabilidade ou pela garantia de renda que o acesso aos alimentos.

Observa-se que a questão da força da mobilização popular tem seu papel fundamental no sentido de garantir melhorias para os grupos sociais organizados que, juntos, conseguem obter conquistas no tangente a implantação de políticas voltadas para tal finalidade, sendo a garantia da alimentação uma desses importantes avanços.

Com a intenção de melhorar as condições alimentares dos trabalhadores, o governo Vargas criou, em 1940, o Serviço de Alimentação da Previdência Social, o SAPS; o programa tinha como função básica atender os segurados da previdência e promover o acesso à alimentação nas empresas, bem como comercializar, a preço de custo, alimentos aos trabalhadores com famílias grandes, além de dar orientação técnico-alimentar, capacitar e elaborar pesquisas neste âmbito (SILVA, 1995).

Continuando essas ações, nos anos de 1940, foram concretizados outros inquéritos alimentares geridos pelo Departamento Nacional de Saúde, que obviamente pautados na análise de hábitos alimentares em algumas regiões do Brasil, especificamente nas capitais brasileiras, que também comprovaram os resultados obtidos por Josué de Castro da precariedade na dieta alimentar da população. E também foram criados, para esta finalidade, vários departamentos e institutos subordinados aos Ministérios da Educação e da Saúde.

Nesta gestão, foram apresentados resultados que evidenciaram hábitos alimentares monótonos, fundamentados em uma alimentação com grande quantidade de carboidratos e desprezível valor biológico (CASTRO, 1957).

Castro (2003, p. 55) reforça que

O problema da fome não é apenas um problema de produção insuficiente de alimentos. É preciso também que a massa desta população disponha de poder de compra para adquirir estes alimentos. É preciso, pois, que as suas necessidades biológicas venham a ser todas atendidas. Entretanto, forçar o potencial alimentar do mundo a conceber um plano racional de distribuição dos alimentos nas áreas deficitárias constitui sem dúvida alguma um passo em frente na luta contra a fome.

Com o objetivo de comandar a política nacional de alimentação, foi criada, em 1945, a Comissão Nacional de Alimentação (CNA⁴), responsável pela elaboração do I Plano Nacional de Alimentação e Nutrição; foi esta comissão que instituiu, em 1954, o Programa Nacional de Merenda Escolar – PNME, que logo após em período seria nomeado de Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que será melhor explicado a seguir. A CNA, apesar de ter tido sua importância para o aprofundamento das questões relacionadas a alimentação, foi extinta em 1972.

A partir dessas iniciativas, as ações e programas governamentais que buscam promover o acesso a alimentos ganharam força no cenário nacional como estratégia de erradicação da fome e promoção do desenvolvimento endógeno, mesmo com alguns entraves de ordem administrativa e financeira, ratificado pelos desvios de recursos, conforme apresentado em 27 de janeiro de 2016 pelo Balanço da Controladoria Geral da União, que desde 2003, foram desviados R\$ 2 bilhões destinados à merenda e ao transporte escolar em diversos municípios no país. Os recursos foram desviados de programas federais que recebem repasses da União.

3.1 O programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

A implementação e fortalecimentos dos programas de alimentação escolar iniciam-se nos anos 50 com o programa nacional de merenda escolar, (que mais logo será chamado de Programa Nacional de Alimentação Escolar) na esfera do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, que tem sua estrutura de atendimento centralizada e de responsabilidade pública, o que é um fato inédito em toda a história do Brasil. Desse plano original, apenas o Programa Nacional de Alimentação Escolar sobreviveu, contando com o financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi), atualmente Unicef, que permitiu a distribuição do excedente de leite em pó destinado, inicialmente, à campanha de nutrição materno-infantil (FNDE, 2019a).

O Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), implantado em 1954, buscou contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, o aprendizado, o rendimento escolar dos

⁴ Anteriormente à CNA, havia sido criada em 1942 a Coordenação da Mobilização Econômica (CME), que incluía um Serviço Técnico de Alimentação Nacional (Stan), com o objetivo de orientar a produção agrícola e industrial de alimentos e racionalizar a produção agropecuária e a comercialização, além de prestar assistência técnica à indústria por meio de um laboratório de tecnologia de alimentos (Macedo et al., 2009).

estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações direcionadas para educação alimentar e nutricional.

Nos seus primórdios, o PNME era vinculado ao Ministério da Saúde, porém, a partir da publicação do Decreto Nº 37.106, de 31 de março de 1955, que instituiu a Companhia de Merenda Escolar – CME, modificou-se o vínculo do programa para o Ministério da Educação e Cultura. Considerando algumas medidas, das diretrizes que norteavam o CME, destaca-se a aquisição dos alimentos diretamente com os produtores, o que levou a redução de preços, a eliminação dos intermediários/atravessadores e que veio, conseqüentemente, fortalecer a ação dos pequenos agricultores.

A publicação do decreto Nº 39.007, de 1956, dá uma nova redação aos arts 1º, 2º e 4º do decreto Nº 37. 106, de 31 de março de 1956, mudando a CME e criando a Companhia Nacional de Merenda Escolar - CNME, que, ao passar dos anos, obteve mais autonomia em agenciar recursos com entidades internacionais, tendo representantes em todos os estados do Brasil.

Em 1965, o Decreto nº 56.886 modificou a denominação de instituição do Departamento Nacional de Educação, transformando-a de CNME em Campanha Nacional de Alimentação Escolar – CNAE, com a inserção de diversos programas apoiados com recursos internacionais, especificamente dos norte-americanos, como por exemplo: Alimentos para a paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – Usaid; Programa Mundial de Alimentos – PMA, financiado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU); entre outros.

A partir de 1976, embora financiado pelo Ministério de Educação e gerenciado pela Companhia Nacional de Alimentação Escolar, o programa era parte do II Programa Nacional de Alimentação Escolar e Nutrição (Pronan)⁵. Somente em 1979, passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (FNDE, 2019b).

O II Pronan começou a se perceber a inserção de uma ótica mais ampla, cujas linhas de ações visavam o fortalecimento dos pequenos agricultores, além de estimular o mercado consumidor, saindo de um caráter apenas assistencialista, que atendia as necessidades alimentares, para um caráter que busca promover o desenvolvimento socioeconômico e sustentável. Sendo assim, este Programa buscava adquirir alimentos básicos e promover o acesso a créditos e a novas tecnologias aos agricultores familiares, com isso, conseguindo a redução dos preços e eliminar a figura do atravessador, que usava seu poder de barganha na

⁵ Instituído pelo Decreto nº 72.116 de 06 de fevereiro de 1976.

negociação, gerando baixo retorno aos pequenos produtores em decorrência da ausência de estruturas de escoamento e comercialização adequadas.

O atendimento de grande parte do público alvo do PNAE se deve à instituição, pelo II Pronan, do FINSOL⁶, que era um fundo que possuía recursos provenientes de contribuições de empresas. Estas apoiavam programas e projetos de cunho assistencial relacionados a alimentação, habitação, saúde, educação e amparo ao pequeno agricultor.

Com base nas linhas de ações estabelecidas pelo II Pronan, o PNAE passou a prever aspectos até então não contemplados e de suma importância como: a realização de compras de produtos locais; a formulação de cardápios de acordo com os hábitos alimentares locais; pesquisas do valor nutricional dos alimentos e do déficit de nutrientes nos alunos por região; dentre outras questões relevantes.

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do Ensino Fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais (FNDE, 2019c).

Desde sua criação até 1993, a execução do programa se deu de forma centralizada, ou seja, o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contatava com laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional.

Em 1994, com a descentralização, os recursos para a execução do programa foram instituídos por meio da lei nº 8.913, de 12/07/94, mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das secretarias de educação dos Estados e do Distrito Federal, às quais delegaram competência para atendimento dos alunos de suas redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização. Nesse período, o número de municípios que aderiram à descentralização evoluiu de 1.532, em 1994, para 4.314, em 1998, representando mais de 70% dos municípios brasileiros.

A consolidação da descentralização, já sob o gerenciamento do FNDE, se deu com a Medida Provisória nº 1.748, de 14/12/98, em que, além do repasse direto a todos os Municípios e Secretarias de Educação, a transferência passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos similares, permitindo maior agilidade ao processo. Nessa época, o valor diário per capita era de R\$ 0,13, ou US\$ 0,13 (o câmbio rela/dólar nesse período era de 1/1) e, atualmente, o valor repassado

⁶ Criado pelo Decreto-Lei Nº 1.940 de 25 de maio de 1982.

pela União aos Estados e Municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches: R\$1,07; Pré-escola: R\$0,53; Escolas indígenas e quilombolas: R\$0,65; Ensino Fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos: R\$0,36; Ensino Integral: R\$1,07; Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00; alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno: R\$0,53; isto demonstrou um avanço do programa no decorrer do tempo (FNDE, 2019d).

Com a Medida (uma das rendições da Medida Provisória nº 1.784/98), o programa obteve grandes avanços, cita-se, por exemplo, a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo Governo Federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos, além do respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local.

Começa o processo de descentralização e regionalização dos cardápios e a distribuição dos produtos para alimentação escolar ajustada aos hábitos alimentares da população nas diferentes localidades do país. E para realizar as compras institucionais descentralizadas, para atender essa nova demanda, abriram a possibilidade de inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local neste mercado institucional (BELIK; SOUZA, 2010).

Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o PNAE mudou seu tempo de atendimento de 180 para 200 dias letivos, bem como aumentou as instituições beneficiárias desse Programa, como o caso das creches, que no período anterior não eram beneficiárias.

Outra grande conquista foi a instituição, em cada município brasileiro, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo brasileiro, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa. Isso se deu a partir de outra reedição da MP nº 1.784/98, em 2 de junho de 2000, sob o número 1979- 9.

Atualmente, os CAEs são formados por representantes de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo.

A partir de 2006, uma conquista fundamental foi a exigência da presença do Nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa, bem como do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as Entidades Executoras, o que permitiu uma melhoria significativa na qualidade do PNAE quanto ao alcance de seu objetivo.

Outro marco que merece destaque, a partir de 2006, foi o estabelecimento de parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), culminando na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar - (CECANE's), que são unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino. Dentre essas atividades, merecem destaque as capacitações dos atores sociais envolvidos no Programa.

O PNAE é reconhecido mundialmente como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável. Nesse contexto, é importante ressaltar os Acordos Internacionais firmados com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura – FAO e com o Programa Mundial de Alimentos – PMA, por meio da Agência brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a apoiar o desenvolvimento Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação.

Em 2009, a sanção da lei nº 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de Educação Básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, o mínimo, 30% dos repasses do FNDE fossem investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Outra mudança importante foi a inclusão do atendimento, em 2013, para os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado – AEE, para os da Educação de Jovens e Adultos semipresencial e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral.

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2019e), o atrelamento entre a agricultura familiar e a alimentação escolar está baseado nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.947/2009, em especial no que tange:

- a) Ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e;
- b) Ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar.

3.1.1 Origem dos recursos

Os recursos do Programa advêm do Tesouro Nacional garantidos no orçamento da União e repassados em dez parcelas mensais às Entidades Executoras em contas abertas pelo FNDE de forma automática, sem a necessidade da celebração de convênio ou outro instrumento, de acordo com a quantidade de alunos informados pelo Censo Escolar do Inep/MEC correspondente ao ano anterior do atendimento e o valor per capita previsto na legislação. Incluem-se, também, nas Entidades Executoras: as escolas filantrópicas, comunitárias e confessionais sem fins lucrativos, de acordo com as regras estipuladas pela Resolução Nº 26, de 17 de junho de 2013⁷.

A aquisição de alimentos da agricultura familiar para alunos da rede pública está regulamentada, também, pela Resolução CD/ FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, que estipula os valores repassados e os dias letivos (duzentos dias para pré-escola e para o ensino fundamental, e duzentos e cinquenta dias para creches). A partir desta Resolução, a Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar – CGPAE/FNDE produziu o Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, que tem a finalidade de expor cada fase do processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar.

De acordo com o previsto na legislação, no mínimo 30% desse valor orçado deve ser, obrigatoriamente, destinado à compra de alimentos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento socioeconômico sustentável das comunidades (BRASIL, 2019a).

3.1.2 Formas de execução e de compra

De acordo com a Resolução Nº 02, de 10 de janeiro de 2002, a execução do PNAE ocorre de duas modalidades: a escolarizada e a centralizada (BRASIL, 2002). Na forma escolarizada, as Secretarias Estaduais de Educação e as Prefeituras Municipais repassam os recursos diretamente para as creches e escolas da sua área de abrangência, tornando-as Unidades Executoras, devendo ser garantida a qualidade sanitária dos alimentos.

⁷ Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. (BRASIL, 2013).

Já a modalidade de execução centralizada ocorre quando o Estado e Municípios, por meio das Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras, operacionalizam o PNAE em todas as suas etapas, sendo responsáveis por receber, administrar, entregar os alimentos, elaborar os cardápios e prestar contas. Nesta modalidade, existe a possibilidade de as Entidades Executoras terceirizarem para empresas o serviço de fornecimento de alimentação escolar, sendo as demais cabíveis ao Estado e Município, não podendo ser terceirizadas.

Quanto às formas de compra, deve ser realizado pelas Entidades Executoras o processo licitatório, obedecendo ao previsto na Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo necessária a confecção dos termos de referência nos moldes disponibilizados pelo FNDE, caracterizando corretamente o objeto de compra. Destaca-se que essa Lei dificulta a compra preferencialmente dos agricultores familiares locais e, conseqüentemente, impede o desenvolvimento da economia local, visto que não diferencia tais fornecedores das grandes empresas.

No entanto, conforme já destacado, as entidades executoras estão atreladas pela Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que determina no mínimo 30% do valor repassado a Estados, Municípios e Distrito Federal, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, deve ser destinado para a compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

3.1.3 Parceiros e suas competências

A operacionalização do PNAE de forma correta e eficaz depende da parceria de vários órgãos que executam suas competências no âmbito deste programa do Governo Federal. Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2016c), podem-se citar os órgãos que atuam de forma direta e indireta na execução do PNAE:

- a) FNDE – é responsável pelo repasse de recursos financeiros de forma complementar às Entidades Executoras. Além disso, este órgão também normatiza, coordena, monitora, avalia e fiscaliza a execução do programa, podendo suspender o repasse em caso de irregularidades;

- b) Entidades Executoras – são responsáveis pela execução do programa a partir dos recursos repassados pelo FNDE, além de obrigatoriamente terem que prestar contas, que atualmente ocorre de maneira virtual por meio do Sistema de Gestão e Prestação de Contas – SigPC até 15 de fevereiro do ano posterior ao do repasse. As Entidades Executoras são: as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, as Prefeituras Municipais e as escolas federais;
- c) Conselho de Alimentação Escolar (CAE) – é responsável por fiscalizar a aplicação dos recursos oriundos do FNDE e monitorar a qualidade dos alimentos entregues, sem prejuízos aos demais órgãos de controle interno e externo. Deve emitir o parecer conclusivo da análise de prestação de contas até 31 de março do ano subsequente a execução, por meio Sistema de Gestão de Conselhos – SIGECON. É um órgão colegiado de caráter deliberativo e autônomo, composto por: representantes do poder executivo, das entidades civis organizadas, de trabalhadores da educação, de discente e de pais de alunos com mandato de quatro anos. Os conselheiros podem responder solidariamente caso não denunciem as irregularidades aos órgãos cabíveis;
- d) Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU) – são órgãos que fiscalizam esse Programa e outros do governo federal;
- e) Ministério Público da União (MPU) – juntamente com o FNDE, é responsável pela apuração de denúncias;
- f) Secretarias de Saúde e de Agricultura dos estados e do Distrito Federal, dos municípios ou órgãos similares – responsáveis pela inspeção sanitárias dos alimentos, buscando garantir a qualidade dos mesmos;
- g) Conselho Federal e Conselhos Regionais de Nutricionistas – são responsáveis pela fiscalização do exercício da profissão, visto que está previsto na legislação a obrigatoriedade da presença de um (a) nutricionista no corpo de técnicos de cada entidade executora do PNAE.

3.2 O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O PAA foi instituído pelo Art. 19 da lei 10.696, de julho de 2003, no âmbito do programa Fome Zero. Esta lei foi alterada pela lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. O PAA foi ainda regularizado por diversos decretos, e o que está em vigor é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2002. O PAA atualmente é coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mas com orçamento composto com recursos do MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), integrando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)⁸.

De acordo com o MDS (BRASIL, 2019b), esse Programa busca fortalecer a agricultura familiar, o mercado local, valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivar hábitos alimentares saudáveis e estimular a organização dos agricultores familiares em cooperativas e associações. Para isso, se propõe a comprar alimentos produzidos pelos agricultores familiares, sem a necessidade de realização de processo licitatório. Os produtos adquiridos por esse programa são destinados à formação de estoques de segurança, canalizados gratuitamente, por meio das Unidades receptoras⁹, para comunidades em situação de risco alimentar, geralmente residentes na própria região onde os produtos foram produzidos (BRASIL, 2019c).

3.2.1 Público Beneficiário

O PAA possui dois públicos beneficiários: os fornecedores e os consumidores de alimentos. Os beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais que

⁸ Criado pela Lei Nº 11.346 de 15 de setembro de 2006.

⁹ Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP; equipamento que ofereça o serviço de acolhimento a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral; entidade e organização de assistência social sem fins lucrativos que obrigatoriamente estejam inscritas no conselho municipal de assistência social; Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS; Equipamentos de segurança alimentar e nutricional; Restaurantes Populares; Cozinhas Comunitárias; Bancos de Alimentos; estruturas públicas que produzam e disponibilizem refeições a beneficiários consumidores, no âmbito das redes públicas de educação, conforme regulamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, de justiça e de segurança; redes públicas e serviços públicos de saúde que ofereçam serviços de saúde básicos, ambulatoriais e hospitalares por meio do Sistema Único de Saúde – SUS, e estabelecimentos de saúde de direito privado sem fins lucrativos que possuam Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social – CEBAS, que produzam e disponibilizem refeições a beneficiários consumidores.

atendam aos requisitos previstos no Art.3º da lei nº 11. 326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006). Estes podem participar do Programa de forma individual ou coletiva (cooperativas ou organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado), sendo que, nos dois casos, é necessário possuir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP, física ou jurídica respectivamente. Ressalta-se que, na forma coletiva, existem outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA - GGPAA. Os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos aparelhos de alimentação e nutrição (Restaurantes populares, Cozinhas comunitárias e Banco de alimentos).

As regras do PAA são definidas por um Grupo Gestor (GGPAA), órgão colegiado de caráter deliberativo e formado por representantes dos seguintes ministérios:

- 1) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome;
- 2) Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- 3) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- 4) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- 5) Ministério da Fazenda; e
- 6) Ministério da Educação.

3.2.2 Modalidades

A implementação do PAA se dá por meio de seis modalidades (Doação simultânea, compra direta, apoio à formação de estoques, PAA Leite, compra institucional e aquisição de sementes), sendo executados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)¹⁰, governos estaduais e municipais. Para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

¹⁰. É uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.

Quadro 1 - Modalidades PAA

MODALIDADE		FONTE DE RECURSO	LIMITES Decreto nº 7.775/12	LIMITES Decreto nº 8.293/14	EXECUTOR
Individual	Compra direta	MDS-MDA	R\$ 8 mil	R\$ 8 mil	CONAB
	Formação de Estoque	MDS-MDA	R\$ 8 mil	R\$ 8 mil	CONAB
	Doação Simultânea	MDS-MDA	R\$ 5,5 mil (individual) R\$ 6,5 mil (cooperativa/associação)	R\$ 6,5 mil (individual) R\$ 8 mil (cooperativa/associação)	CONAB, estados e municípios
	PAA Leite	MDS	R\$ 4 mil por semestre	R\$ 4 mil por semestre	Estados do Nordeste e Norte de MG
	Compra Institucional	Recursos do Proponente	R\$ 8 mil	R\$ 20 mil	Proponente
	Aquisição de Sementes	MDA	–	R\$ 16 mil	CONAB
Organização	Doação Simultânea	MDS	R\$ 1,5 milhões	R\$ 2 milhões	CONAB, estados e municípios
	Formação de Estoque	MDS-MDA	–	R\$ 1,5 milhões (sendo a 1ª operação limitada a R\$ 300 mil)	CONAB
	Compra direta	MDS-MDA	–	R\$ 500 mil	CONAB
	Compra Institucional	Recursos do Proponente	–	R\$ 6 milhões (realizadas por chamada pública)	Proponente
	Aquisição de Sementes	MDS-MDA	–	R\$ 6 milhões (operações com valor superior a 500 mil deverão ser realizadas por meio de chamada pública)	CONAB

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (2018b).

Detalhamento das modalidades apresentadas e seguir:

a) Doação Simultânea

Esta modalidade é executada apenas com recursos do MDS, que pode utilizar três tipos de instrumentos para sua implementação: parcerias estabelecidas por meio de Termo de Adesão, com Estados, Distrito Federal, Município, e formalização de Termos de Cooperação com a Conab. Por meio desses instrumentos, são destinados de forma gratuita os alimentos (in natura ou processado) comprados dos agricultores familiares às entidades da rede socioassistencial, aos Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias, Bancos de Alimentos e a rede pública e filantrópica de ensino.

Vale ressaltar que, no âmbito do Termo de Cooperação, os recursos financeiros para a execução do PAA são repassados pelo MSD para a Conab, que fica responsável pelo pagamento aos agricultores. Para participar da compra com Doação Simultânea pela Conab,

os agricultores familiares devem estar organizados em cooperativas ou associações e devem estar em posse da Cédula de Produtor Rural (CPR – Doação). Já pelo termo de Adesão, o pagamento é feito pelo MDS diretamente ao agricultor por meio do cartão beneficiário.

b) Modalidade Compra direta

É executada por meio de Termo de Cooperação entre o MDS e a Conab. Os produtos da agricultura familiar comprados nesta modalidade são destinados a formação de estoques públicos determinados pelo Grupo Gestor do PAA. Pretende-se, principalmente com isso, alcançar o equilíbrio de preços e a garantia do acesso a alimentos. Os agricultores familiares podem se inserir nesta modalidade por meio das entidades coletivas ou de forma individual.

O equilíbrio dos preços é alcançado porque a Conab, ao identificar um preço de mercado baixo de algum dos produtos amparados pela modalidade comparados ao seu preço de referência, divulga amplamente na região afetada que instalará um Polo de Compra (Unidade Armazenadora própria ou credenciada, depósito ou outro local indicado pela Conab), para onde os agricultores familiares interessados se deslocam de posse de seus produtos, bem como da documentação exigida. Os estoques devem ser prioritariamente doados, podendo ser vendidos somente em casos excepcionais, mediante autorização do Ministério. Esses alimentos têm sido utilizados especialmente para compor as cestas distribuídas a grupos populacionais específicos.

c) Modalidade Apoio à Formação de Estoques

Esta modalidade é formalizada por meio de Termo de Cooperação entre o MDS, o MDA e a Conab. Busca-se, com essa formalização, o apoio à formação de estoques de alimentos para comercialização futura, visando agregação de valor à produção e a sustentação dos preços. No entanto, os recursos devem ser reembolsados ao Governo no prazo máximo de um ano, com o acréscimo de encargos de 3% ao ano.

Ressalta-se que, pelo Termo de Cooperação, os agricultores devem estar organizados em entidades coletivas na Conab e com posse da Cédula de Produto Rural (CPR – Estoque), que tem validade de 12 meses e deve ser quitada pela organização ao final desse prazo.

d) Modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite

O PAA Leite permite o acesso gratuito de famílias em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar ao leite de vaca e de cabra, comprados de produtores familiares residentes nos estados da região Nordeste e também no norte de Minas Gerais. A formalização é realizada entre o Estado e Organizações da agricultura familiar e/ou laticínios, com a responsabilidade de recepcionar, coletar, pasteurizar, embalar e transportar o leite. O agricultor familiar deve considerar o limite de venda de 100 (cem) litros por dia e ter comprovante de vacinação dos animais.

O agricultor familiar fornecedor deve possuir DAP e deve entregar sua produção diária de leite no laticínio contratado mais próximo da sua propriedade ou depositar o produto em tanques de resfriamento, de onde será coletado pelo laticínio em caminhões adequados para o transporte. Já as famílias que recebem o leite são selecionadas pela Unidade Executora e devem preencher, no mínimo, os seguintes critérios: ter renda per capita de até meio salário mínimo e possuir, dentre os membros da família, crianças de 2 a 7 anos de idade, nutrízes até seis meses após o parto, gestantes ou idosos a partir de 60 anos de idade. Para outros casos, é preciso autorização do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

e) Modalidade aquisição de sementes

Esta modalidade, criada pelo Decreto Nº 8.293/2014 e regulamentada pela Resolução do GGPAA Nº 68/2014, destina-se a compra de sementes das Cooperativas e Associações de agricultores familiares com DAP Jurídica, baseadas nas quantidades necessárias encaminhadas a Conab. Essas sementes devem estar adequadas de acordo com a legislação de certificação ou Cadastro Nacional de Cultivares Crioulas, instituído pela Portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário nº 51, de 03 de outubro de 2007, sendo proibida a compra de sementes transgênicas.

Na destinação das sementes, são priorizadas as famílias de agricultores familiares inscritos no Cadastro Único, mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

f) Modalidade Compra Institucional

Nesta modalidade, é permitida a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar, sem licitação, por órgãos de todas as esferas de governo com recursos próprios. Esses alimentos são destinados para hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas.

O órgão responsável pela compra realiza, no mínimo, três pesquisas no mercado local ou regional. Para produtos orgânicos ou agroecológicos, caso não tenha como fazer pesquisa de preço, é possível o acréscimo em até 30% do valor do produto em relação ao preço dos produtos convencionais.

3.2.3 Operacionalização

O PAA é operacionalizado por Estados, Distrito Federal e, ainda, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), responsável por gerir as políticas agrícolas e de abastecimento. Para execução do Programa, a Conab firma Termo de Cooperação com o MDS e com o MDA, e recebem a Proposta de Participação no PAA das cooperativas e associações da agricultura familiar.

Para o caso dos Estados e Municípios e consórcios públicos, o MDS firma um Termo de Adesão dispensando a celebração de convênio. Esse novo instrumento irá, paulatinamente, substituir os atuais convênios, proporcionando maior continuidade e facilidade na execução do Programa. Esse Termo de Adesão tem caráter geral de pactuação, mas não trata de aporte de recursos. Contém informações como os compromissos de cada partícipe e tem vigência de cinco anos. E a Pactuação de Valores e Metas será realizada, por modalidade, em Planos Operacionais Anuais, propostos pelo MDS e ratificados pelas Unidades Executoras.

Essa nova forma prevê a existência de um sistema informatizado (SISPAA), esse sistema proporciona a ampliação do Programa, tem menos burocracia, além de possibilitar a realização do pagamento pela União, por intermédio do MDS, diretamente ao agricultor familiar, que o recebe por meio de um cartão bancário específico para o recebimento dos recursos do PAA, diferentemente do que ocorria anteriormente quando os recursos eram repassados aos Estados e Municípios. É necessário ressaltar que, as entidades coletivas da agricultura familiar (cooperativas e associações) não podem formalizar Termo de Adesão diretamente com o MDS.

Durante a etapa de Aquisição e Entrega dos Alimentos, serão utilizadas as estruturas públicas de recebimentos (Centrais de Recebimento e Distribuição, pontos volantes de coleta de alimentos ou estruturas congêneres), que serão entregues a um agente público designado pelo Executivo para tal. O ateste será realizado no ato do recebimento por meio de “Termo de Recebimento e Aceitabilidade” e será admitido como comprovante de entrega e da qualidade dos produtos.

A União realizará, no formato de Apoio Financeiro as Unidades Executoras, transferências de recursos condicionadas à execução das ações de implementação do PAA, com o objetivo de cooperar com os custos de operacionalização das metas estabelecidas no Plano Operacional, sem prejuízo dos recursos que os executores também destinarão para essa operacionalização.

A instância de controle do PAA pela sociedade civil é o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) nas esferas Nacional, Estadual e Municipal. Caso não exista a constituição desse Conselho, o controle ocorrerá no âmbito dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável ou dos Conselhos de Assistência Social, sendo responsáveis pelo acompanhamento da operacionalização do PAA.

Com isso, pode-se afirmar que o PAA se estende de forma positiva a toda sociedade civil, visto que, os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional nas esferas Nacional, Estadual e Municipal ou os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável ou os Conselhos de Assistência Social permitem a participação da sociedade de forma deliberativa. Assim, o surgimento e a operacionalização do PAA representam uma nova estratégia de impulso ao desenvolvimento local, com a garantia de mercado e a geração de emprego e renda.

Em uma análise geral dos programas PANAe e PAA, pode-se observar que a sua implementação tem uma importância social e econômica em vários aspectos dentre eles, citamos a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, a participação da sociedade civil beneficiária dos programas além de contribuir para o crescimento e o aprendizado e o rendimento escolar e a formar novos hábitos alimentares, também aponta previsões de ações relevantes direcionadas para a educação alimentar e nutricional. Do ponto de vista da organização social dos agricultores familiares, os programas PAA e PANAe contribuem diretamente com a permanência das famílias no campo, com a melhora da renda por meio de comercialização de sua produção, bem como obterem novos hábitos alimentares. Assim, as comunidades e assentamentos de reforma agrária buscam a melhor forma de organização interna na produção, gestão e a busca pelos acessos aos canais de

comercialização existentes, o que vem contribuir com a qualidade de vida dos beneficiários diretos, ou seja, os agricultores familiares.

De forma mais consistente, no caso específico do assentamento Marrecas, no município de São João do Piauí, o PAA, tem sido mais executado do que o PNAE, e isso se dá em função de existir a possibilidade de os agricultores familiares do referido município terem o acesso a dois canais de comercialização, sendo que um é executado diretamente pela Companhia Brasileira de Abastecimento – CONAB, e a outra em função de um convênio com a Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, sendo esse órgão estadual responsável pelas políticas públicas voltadas para os agricultores familiares.

Outro fator relevante em relação à execução do PNAE se dá devido a falta de uma política voltada para o incentivo da produção aos agricultores e isso é uma questão a ser debatida junto ao gestor municipal, onde esses agricultores busquem uma parceria visando a assistência técnica, com o objetivo de garantir a produção de forma escalonada, considerando os cardápios escolares propostos pela comunidade escolar municipal.

Acreditando que se houver uma assistência técnica voltada para a melhor organização da produção, o município chegará ao ponto de conseguir a aquisição não só dos 30% estabelecido por lei, mas considerando o potencial produtivo existente, essa produção poderá a chegar a resultados importantes, o que vem a contribuir tanto para o desenvolvimento do município como para o desenvolvimento socioeconômico do campo.

Os programas ora citados são de suma importância ao se referir em melhorias e avanços na comunidade escolar, tendo os estudantes como público-alvo beneficiários, que ganham benefícios importantes, tanto na melhoria alimentar como no rendimento escolar, uma vez que a alimentação é fator fundante que vem a contribuir para o bom desempenho educacional dos estudantes. Sendo assim, esses programas merecem uma atenção especial por parte dos gestores, onde eles possam focar um maior desempenho na execução dessas políticas, o que vem a fortalecer o desenvolvimento do município.

O tema do PAA e do PNAE será estudo deste trabalho, com informações do Território da Cidadania Serra da Capivara – PI, que faz parte da estratégia que almeja o desenvolvimento local no Brasil. As informações sobre os dois programas nesse território, mais voltados para informações do município de São João do Piauí, serão abordadas no capítulo a seguir.

4. O DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA E DO PNAE: o caso do assentamento marrecas em São João do Piauí

Nesse capítulo será apresentada, com dados estatísticos, a relação dos resultados de operacionalização do PAA e PNAE com alguns indicadores socioeconômicos, como: taxa de analfabetismo, rendimento escolar, frequência escolar, número de pessoas doentes relacionadas a uma má alimentação e outros indicadores que dependem da aplicação de políticas públicas como um todo, por exemplo: IDHM, Índice de Gini¹¹, dados da População, PIB, mortalidade, assim como o relato das entrevistas com dirigentes das entidades do Assentamento Marrecas, agricultores, produtores e entrevista com representante do poder público municipal.

4.1 O município de São João do Piauí

O município de São João do Piauí é um município brasileiro, localizado no Estado do Piauí, sua população, de acordo com o IBGE (2010), é de 19.548 pessoas e a cidade de São João do Piauí teve sua origem em uma das fazendas de gado, doada por um dos primeiros desbravadores dos sertões do sul do Estado, Domingos Afonso Mafrense, aos jesuítas sediados na Bahia, denominada Malhada do Jatobá, em 1711.

Quadro 2 - Caracterização do território municipal

Área territorial	1.542,01km ²
Índice de Desenvolvimento Humano- IDH (2010)	0,645
Faixa do IDHM (Médio IDHM)	0,600 e 0,699
População (Censo2010)	19.548 hab.
Densidade demográfica	12,68 hab/km ²
Ano de instalação	1906
Microrregião.	Alto médio Canindé
Mesorregião	Sudeste Piauiense

¹¹ Criado pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. É o índice utilizado para mensurar a desigualdade social por meio da concentração de renda, sendo que os dados ficam entre o número zero e um, onde zero corresponde a uma igualdade plena na renda (onde todos detêm a mesma renda per capita) e um que corresponde a uma desigualdade absoluta entre as rendas (poucos detêm a renda).

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano (2019).

A agropecuária do município de São João do Piauí é marcada pela produção familiar como a maioria dos municípios nordestinos do Brasil, com uma diversidade cultural muito importante, desde a plantação de milho, feijão, mandioca, fava, dentre outros e, ainda, a exploração pecuária de gado e, com maior intensidade, destaca-se a criação de caprinos e ovinos (DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO, 2013).

Com base em dados obtidos pelo IBGE (2019), o efetivo do rebanho de bovinos no município é de 6.549 cabeças, caprinos são 18.249 cabeças e ovinos a quantidade é de 17.105 cabeças. Esses dados confirmam um maior destaque para a criação de caprinos e ovinos, o que é uma característica da região semiárida do nordeste brasileiro.

Quadro 3 - Produção e área de lavoura permanente - 2018

CULTURA	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE MÉDIA (kg/ha)
Banana	31	3	10.333
Castanha de caju	4	14	286
Coco -da- Bahia	80	8	10.000/frutos/ha
Uva	51	8	6.376

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2019).

A assistência técnica à agricultura é de responsabilidade do setor público por meio do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, que possui escritório na sede do município. Das atividades desenvolvidas pelo referido órgão, destaca-se os serviços no setor agrícola, como a orientação da aplicação de créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF, na distribuição de sementes e do cultivo. Na pecuária, os serviços prestados estão mais voltados para a vacina dos rebanhos e a orientação de seu manejo. Conforme os Quadros 3 e 4, as principais culturas agrícolas no município de São João do Piauí que merecem destaque são: o milho, feijão, melancia, mandioca, uva, castanha de caju, coco da Bahia e a banana (DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ 2013, p. 44).

Quadro 4 - Produção e área da lavoura temporária - 2018

CULTURA	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÁREA COLHIDA (há)	QUANTIDADE MÉDIA (kg/há)
Feijão	153	958	160
Mandioca	180	15	12.000
Milho	949	1.319	719

Fonte. Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2019).

Com base no Diagnóstico do Município de São João do Piauí (2013), em 2012 há registros de 2.739 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF). Hoje, de acordo com a Secretaria Especial da Agricultura familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD, 2019), O número de agricultores familiares que possuem a DAP no município de São João do Piauí é de 4.005 (quatro mil e cinco). Nota-se que há um crescimento significativo do número de agricultores familiares que tem a DAP e isso se deu devido a disseminação da política de aquisição de alimentos, que contribui também para a melhor organização dos trabalhadores do campo, considerado, assim, como um passo importante no que diz respeito ao desenvolvimento do município.

Conforme o INCRA/PI (2017), existem 499 projetos de assentamentos no Estado, totalizando o número de 31.169 famílias assentadas. Destes, no município de São João do Piauí estão situados 6 (seis) projetos de assentamentos, totalizando um total de 844 famílias assentadas. De modo geral, os assentamentos existentes no município têm características comuns, desde tipos de culturas cultivadas, bem como na produção, tendo destaque para o assentamento Marrecas, que tem irrigação e permite que as famílias produzam durante o ano todo, diferente dos demais que, em sua maioria, produzem apenas no período chuvoso, apesar de existir também alguns campos de áreas irrigadas.

A forma organizativa predominante é o associativismo, ou seja, as associações e grupos informais, diferente de outras regiões do país, que se organizam por meio de cooperativas.

4.2 Metodologia e análise dos resultados

Foi realizado um levantamento de dados sobre os recursos financeiros, disponibilizados pelo FNDE e pela CONAB, referente ao ano de 2010 a 2015, dos programas PAA e PNAE para o município de São João do Piauí, com a finalidade de identificar qual foi a contribuição da execução dessas políticas para o desenvolvimento local e do assentamento Marrecas, situado na zona rural de referido município, assim com averiguar quais foram os principais entraves enfrentados pelos agricultores familiares assentados da reforma agrária beneficiários dos programas PAA e PNAE.

A presente investigação constitui-se em uma pesquisa qualitativa exploratória, juntos aos assentados do assentamento Marrecas, produtores e fornecedores de alimentos para merenda escolar pelos programas de alimentação escolar e doação simultânea, bem como com o representante da gestão municipal, com a finalidade de identificar quais foram os avanços e desafios na execução dessa política de aquisição de alimentos advindas da agricultura familiar, assim como a contribuição dessa política para o desenvolvimento local e do assentamento Marrecas, em São João do Piauí.

De acordo com Gil (1999), a pesquisa qualitativa exploratória visa proporcionar um maior conhecimento sobre um tema ainda desconhecido para, a partir do levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou têm) experiências práticas com o problema pesquisado e a análise dos exemplos, estimular a compreensão e contribuir para o objeto de pesquisa.

A construção e elaboração dos dados envolveu, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica, com análise documental de portarias, da legislação existente sobre o PNAE e o PAA, além de levantamento de informações sobre o contexto local, buscando a identificação da teoria dos programas, possibilitando a identificação dos espaços institucionais previstos para que haja articulação entre os entes envolvidos diretamente.

Portanto, a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 1994).

Salvador (1986), afirma que o levantamento de informações é o “segundo momento da investigação das soluções” e apresenta o percurso realizado para o levantamento das informações. Essa etapa pode ser apresentada, de acordo com a classificação realizada, para o

material bibliográfico (teses dissertações, livros e periódicos). A análise explicativa da investigação é construída a partir dos dados obtidos nas obras consultadas, de acordo com a metodologia proposta e baseada nas referências utilizadas para a pesquisa.

Para este estudo exploratório, foram entrevistados agricultores familiares assentados da reforma agrária, fornecedores de alimentos para os programas de alimentação escolar e representante do poder público municipal.

4.3 Público alvo entrevistado

Foram entrevistados 2 (dois) representantes das associações do assentamento Marrecas, 5 (cinco) agricultores familiares do referido assentamento e 1(um) representante do poder público municipal, com o intuito de conhecer os principais avanços e entraves, dentre outras questões por parte dos agricultores familiares assentados, bem como a visão do representante do município. É importante ressaltar que foram entrevistados dois gestores das entidades por existir apenas duas entidades que são participantes desse processo no assentamento, e os agricultores familiares entrevistados representam os grupos produtivos que fornecem esses alimentos para os programas institucionais de aquisição de alimentos.

Sobre a gestão, ressalta-se que, apesar de haver o envolvimento de outras Secretarias no processo, a pessoa entrevistada é a representante direta da Secretaria que assume os processos de articulação, de diálogo com os fornecedores, a organização das chamadas públicas, bem como o recebimento e distribuição dos alimentos, sendo este o motivo pelo qual foi a pessoa escolhida que concedeu entrevista para esta pesquisa.

O instrumento utilizado foi a entrevista semi-estruturada. Em se tratando desse modelo de entrevista, atenção tem sido dada à formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado (TRIVINOS, 1987; MANZINI, 2003). Conforme Minayo (2002), com a combinação de perguntas abertas e fechadas, o entrevistado pôde discorrer sobre o tema sem se perder com relação à indagação formulada.

As entrevistas foram realizadas de janeiro a junho de 2019, anotadas em um diário de campo, registrando-se a coleta das informações de cunho qualitativo, derivadas das observações e impressões do pesquisador sobre o contexto, linguagens não verbais, gestos e informações relevantes para a compreensão desta pesquisa.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

No assentamento Marrecas, em São João do Piauí, existe uma área de 95 ha de terra irrigada de forma descontínua. A distribuição destas ocorre da seguinte forma: 22 hectares próximo da agrovila Capim Grosso; 36 hectares na área da agrovila Alto Belo; e 37 hectares na área da agrovila Marrecas sede. Desta forma, possibilita a produção durante o ano todo e, com isso, os agricultores familiares assentados da reforma agrária estão participando diretamente como fornecedor de alimentos para os programas institucionais de alimentos desde o ano de 2010, quando foi feita a primeira proposta junto a CONAB pelo PAA e, em seguida, algumas ações junto ao PNAE.

De acordo com Araújo (2015), o sistema de produção irrigada foi um marco na forma do assentamento produzir alimentos. Aumentou a produtividade e o volume da produção, passando de uma situação praticamente de subsistência para uma produção de alimentos destinada ao mercado consumidor. Em estudo intitulado “Marrecas na superação da insegurança alimentar no município de São João do Piauí”, constatou-se que, no ano de 2014, o município de São João do Piauí conseguiu aprovar, junto a Conab, 04 projetos de vendas de produtos para o PAA, num total de R\$ 868.488,33 (Oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e três centavos). Sendo que destes, três projetos foram do Assentamento Marrecas, 02 da APIM e 01 da APPAM, correspondendo a um valor de R\$ 723.346,17 (Setecentos e vinte e três mil, trezentos e quarenta e seis reais e dezessete centavos). O Assentamento Marrecas respondeu por 83% do total dos produtos comercializados pelo município para o PAA/Conab no Ano de 2014, sendo 57% da APIM e 26% da APPAM. E o restante, os 17%, foram também de uma área de assentamento, o Assentamento Curtume. Essa realidade traduz os resultados que os assentamentos de reforma agrária podem possibilitar para abastecer os mercados locais e alimentar as populações.

As famílias são representadas juridicamente por duas entidades, ou seja, duas associações, sendo a Associação dos Produtores Irrigantes de Marrecas - APIM e a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Marrecas – APPAM; vale ressaltar que a APIM, devido a sua finalidade em sua gênese, que tem objetivo de atender a demanda dos produtores irrigantes e os mesmo terem a possibilidade de produzir durante o ano inteiro, se destaca no maior fornecimento de alimentos. Já a APPAM fica com a responsabilidade maior da organização em geral dos núcleos de base e da organização em geral das famílias assentadas no referido assentamento. O programa é operacionalizado no Estado do Piauí via Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e pela Companhia Nacional de Abastecimento

(CONAB). Ressalta-se, ainda, que os dados não envolvem toda a comercialização do assentamento nos respectivos anos. Os dados de 2010 referem-se apenas a um grupo de 21 famílias; em 2011, os dados correspondem a comercialização realizada por um grupo de 27 famílias; os de 2012, são referentes aos produtos de 48 famílias; os de 2013 são da produção comercializada por 21 famílias. A seguir, estão dados relacionados a quantidade de produtos fornecidos pelos assentados de Marrecas no período de 2010 a 2015 junto ao PAA.

Quadro 5 - Comercialização para o PAA/ CONAB (realizado pela APIM - Safra 2010 - 2015)

PRODUTO	QUANTIDADE Kg/ano					
	2010	2011	2012	2013	2014/2015	TOTAL
Abóbora	8.000	12.208	24.639	23.629	22.482	90.958
Goiaba	4.000	4.000	3.560	9.780	28.494	49.834
Melancia	90.000	59.940	75.513	37.043	78.835	341.331
Milho verde	4.624	22.135	36.645	66.068	77.228	206.700
Mandioca	5.000	12.950	33.923	18.008	61.617	131.498
Tomate	1.500	0	793	0	0	2.293
Banana	0	1.630	3.012	0	3.438	8.080
Mamão	0	6.666	26.271	17.599	16.335	66.871
Cheiro Verde	0	0	3.229	10.236	5.414	18.879
Alface	0	0	1.550	1.341	1.275	4.166
Feijão	0	0	0	3.007	0	3.007
Feijão Verde Vagem	0	0	3.900	2.650	8.894	15.444
Melão Amarelo	0	0	0			0
Uva Benitaka	0	0	0	41.233	28.380	69.613
Melão Caipira	0	0	0	4.573	8.411	12.984

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do CONAB (2019).

Observa-se que há uma diversificada produção dos assentamentos, o que é uma das características da agricultura familiar; nota-se, também, que há um aumento considerável, ano a ano, da produção, o que infere diretamente na melhor organização dos grupos produtivos, os quais têm o objetivo da comercialização para junto aos programas sociais de aquisição de alimentos. Em termos quantitativos, pode-se citar a produção de abóbora, que, no ano de 2010, foram produzidos 8.000 quilos e, em 2015, chegando a produção de 22.482 quilos. É importante ressaltar que houve crescente aumento entre os anos pesquisados. Outro produto que se destaca a cada ano é a melancia, que, em 2010, a produção foi de 90.000 quilos e, em 2015, a produção foi de 341.331 quilos. Desta forma, também se vê que os demais produtos tiveram crescimento significativo se for considerado o intervalo entre os anos pesquisados.

Com isso, pode-se dizer que o PAA, executado pela CONAB, sendo a fonte de comercialização mais acessada pelas associações, teve um papel fundamental para o desenvolvimento sócio-econômico do assentamento, tendo em vista que o aumento crescente entre os anos pesquisados se deu devido à garantia da comercialização dessa produção por parte dos assentados.

O Quadro 6 apresenta os dados da comercialização junto a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), hoje denominada de Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no ano de 2013.

Quadro 6 - Produtos comercializados para o PAA via SDR (APIM /2013)

PRODUTO	QUANTIDADE kg
Abóbora	12.940
Feijão	2.850
Milho Verde	15.980
Macaxeira	7.573
Alface	950
Coentro	1.505
Cebolinha	1.195
Beterraba	200
Couve	40
Uva	8.300
Goiaba	12.500
Melancia	23.500
Banana	1.000
Mamão	2.200

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Fichas de controle da APIM (2019).

De acordo com Vitor (2016), há uma grande limitação no Assentamento em relação ao controle do que é produzido e comercializado. Só foi possível levantar os dados de parte da produção que é comercializada para os programas institucionais, porque é feito via associações, e elas fazem um controle. Sobre a comercialização feita pelas famílias nas feiras, comércios, supermercados e outras formas, não foi possível analisar pela carência de dados registrados. Identificou-se 130 famílias que comercializam parte da sua produção para o PAA, que elaboram projetos de venda através da SDR/SAF e da CONAB. Constatou-se três projetos, dois operacionalizados pela APIM e um pela APPAM. Há ainda assentados que comercializam seus produtos para o PNAE.

Em um levantamento junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDE), relacionado aos valores investidos na aquisição da agricultura familiar pelo município de São João do Piauí, foi possível identificar os valores conforme quadro (3).

Quadro 7 - Valores investidos na aquisição da agricultura familiar de acordo com a Prefeitura municipal de São João do Piauí - Ano de exercício 2011-2017

FNDE/PNAE	ano 2011	Valor aquisição da agricultura familiar	Percentual
Valor transferido	R\$ 195.300,00	–	0%
FNDE/PNAE	ano 2012	valor aquisição da agricultura familiar	
Valor transferido	R\$ 293.244,00	R\$ 119.322,44	41%
FNDE/PNAE	ano 2013	Valor aquisição da agricultura familiar	
Valor transferido	R\$ 344.466,00	R\$ 71.575,58	21%
FNDE/PNAE	ano 2014	Valor aquisição da agricultura familiar	
Valor transferido	–	–	0%
FNDE/PNAE	ano 2015	Valor aquisição da agricultura familiar	
Valor transferido	–	–	0%
FNDE/PNAE	ano 2016	Valor aquisição da agricultura familiar	
Valor transferido	R\$ 464.75,77	R\$ 131.914,36	28%
FNDE/PNAE	ano 2017	Valor aquisição da agricultura familiar	
Valor transferido	R\$ 527.185,20	R\$ 78.599,75	15%

Fonte: Elaborado pelo autor com base no FNDE (2019).

Com base nas informações do quadro acima, é possível identificar que, no período analisado pelo pesquisador, apenas no ano de 2012 foi cumprido o que é estabelecido pela Lei nº 11.947/2009, que diz que no mínimo 30% da aquisição da merenda escolar realizada pelos municípios seja adquirida pela produção da agricultura familiar, porém, se caso o município tiver a produção local de 100% essa também pode ser fornecida pelos agricultores com dispensa de licitação. O que ocorreu no referido ano foi um pouco a mais que o estabelecido pela referida lei, chegando ao percentual de 41%. No entanto, infere-se também que nos anos seguintes não foi possível que o município cumprisse essa média, e isso se deu por vários motivos, dentre eles, a falta de uma política de incentivo à produção para tal fim pelo município, bem como algumas resistências por parte da comunidade escolar em relação a produção da agricultura familiar. No relato das entrevistas aprofundar-se-á mais sobre o assunto.

5.1 Resultados da entrevista com os responsáveis pelas entidades do assentamento responsáveis pelo fornecimento dos produtos

O diálogo com os gestores das entidades jurídicas do assentamento, neste caso, as associações. No primeiro momento, foi realizada uma conversa com os gestores, no sentido

de identificar, dentre outros, os canais de comercialização, como se dá a organização interna para acessar os canais, as dificuldades enfrentadas e qual a contribuição para o desenvolvimento local do assentamento. Também foi aplicado um questionário com o objetivo de aprofundar mais sobre questões relevantes proporcionadas pelo acesso a política de alimentação voltada para a merenda escolar desta forma, elencaremos algumas informações relevantes obtidos por esse processo:

- A) Possibilidade de melhor organizar a produção e acessar os canais de comercialização;
- B) Melhor organização das entidades jurídicas;
- C) Melhoria da qualidade de vida proporcionada pelo aumento da renda e do hábito alimentar, dentre outros.

Como afirma a representante da entidade A (2019), com a participação da comunidade nos programas PAA e PNAE, foi possível uma melhor organização interna da comunidade do assentamento, com vistas para a melhor forma de produzir, na melhoria da renda e da alimentação familiar, bem como o reconhecimento do assentamento no município como um dos principais fornecedores de alimentos para alimentação escolar.

Os canais existentes são: a venda nas feiras livres; a venda para os programas de aquisição e alimentos; e na própria comunidade, sendo que, no período de 2010 a 2015, a maioria das vendas foram feitas para o PAA (AGRICULTOR N° 1, 2019).

Refletindo sobre as melhorias da organização da comunidade, a gestão da entidade A, (AGRICULTOR N° 1, 2019), relata que

[...] A comunidade, através da associação, se organiza na organização da produção, na participação das reuniões do conselho de alimentação escolar do município e na organização social dos grupos para participarem diretamente das chamadas públicas e das propostas ora apresentadas ao programa de aquisição de alimentos na modalidade doação simultânea e ao PNAE (Entrevista concebida em 03/05/2019).

Prosseguindo a análise, outra questão abordada foi sobre as dificuldades encontradas pelas associações para cumprir o que estava proposto e estabelecido por lei, com isso, o representante da entidade B relata algumas questões de suma relevância a serem consideradas, desde a questão do transporte local até a falta de uma assistência técnica, sendo que essas

questões, dentre outras, devem ser abordadas com atenção no sentido de sanar tais empecilhos.

[...] Uma das principais dificuldades na questão da comercialização é a dos transportes, onde muitos produtores tinha a produção para comercializar, mas não tinham transporte para transportar até a cidade, tanto para as feiras livres como para a entrega do PAA [...]. Também, outra dificuldade é em relação ao acompanhamento técnico, pois existem muitos produtores inexperientes na questão da produção, produzia bastante, mas tinha que saber qual era a fruta e a verdura que se produzia com menos trabalho, que era onde avançava mais, mas como os programas compravam todos e, também, nas feiras livres vendia tudo, a gente sempre procurava aqueles que tinham facilidade para produzir [...]. Essa também era uma das dificuldades que temos aqui, a questão do acompanhamento e até hoje não temos, mesmo assim, nós enfrentávamos para ver se produzia e comercializava; quem tinha sempre ia compartilhando com os outros para ver se a gente chegava até lá (Entrevista concebida em 03/05/2019).

Ao se tratar, de modo geral, sobre avanços, a representação da entidade **A** fez um relato citando que esses avanços de se deram no sentido de melhorar a organização da produção, a comercialização e das condições de infraestrutura das famílias, dentre outras.

[...] Um dos avanços que teve foi que depois que surgiram os programas sociais, as famílias foram se organizando em um pequeno grupo para produzir. Ai quando a comunidade viu que dava certo, todo mundo se interessou para produzir, teve uma produção com uma quantidade bem maior [...]. E foi aí, aonde houve um interesse nas terras irrigadas, pois os produtores produzir bastante, e, na questão da comercialização nesses programas sociais todo mundo fazia os projetos e tinha uma renda maior e com isso foi aí que melhorou as vidas das famílias dentro da comunidade [...]. Portanto, todo mundo participou e foi aí aonde os produtores adquiriu algumas coisas que necessitava e também a questão da alimentação melhorou muito dentro da comunidade para as famílias, porque teve um incentivo muito grande com esses programas que despertou muito dentro da comunidade para melhorar a vida das famílias, tanto na questão financeira como na infraestrutura das famílias (Entrevista concebida em 03/05/2019).

Com relação à questão da contribuição obtida com a ação dos programas de aquisição de alimentos para o assentamento Marrecas, a representação da entidade **B** relata que grandes avanços foram obtidos com essas ações, como: o melhor aproveitamento da área produtiva; a garantia da venda da produção; a melhoria da qualidade de vida; e o fortalecimento dos grupos de jovens, contribuindo para que estes fiquem no campo, foi o que teve maior ênfase durante o processo do diálogo, conforme afirma o representante da entidade **B**, (AGRICULTOR N° 2, 2019),

[...] No assentamento existe um potencial muito grande para a produção pois temos a terra de qualidade e água em abundância junto a isso, tem o fator força de trabalho tendo a juventude como maioria nesse processo [...]. O que de fato veio a melhorar com as ações desses programas foi uma questão que é muito séria que é a venda da produção por parte dos agricultores familiares, o que abriu um leque de possibilidades contribuindo diretamente para a melhor organização social do grupo produtivo fortalecendo a união entre os membros, contribuiu para a melhoria da renda, do hábito alimentar sendo esse fundamental para o desenvolvimento humano, e a fixação dos jovens no campo é outro fator importante a ressaltar e a melhoria da qualidade de vida das famílias (Entrevista concebida em 03/05/2019).

Nota-se que, de fato, como resultado dos dois representantes das entidades do assentamento, tem concordâncias em comum em relação ao programa: sua forma de execução, bem como a melhoria obtida para a vida das pessoas do assentamento. Assim, ressalta-se, ainda, que uma das ações importantes desses programas foi o aumento da produção, da renda e a melhor organização social da comunidade, como também as mudanças nos hábitos familiares logrado com os programas; outro fator marcante na vida das famílias é que, tendo a garantia da venda, há um estímulo maior na produção pelos agricultores.

5.2 Resultados da entrevista com agricultores fornecedores de alimentos para o PAA e PNAE

Na entrevista com os representantes dos agricultores, foram abordadas questões relacionadas a visão geral sobre os programas PAA e PNAE, os avanços e dificuldades, a forma de organização e controle dos grupos produtivos, dentre outras, destacando-se algumas questões centrais abordadas pelos entrevistados:

- A) Os programas são de suma importância para as famílias, pois proporcionam melhorias significativas para a qualidade de vida no campo;
- B) Permite uma melhora fora de estruturação da produção e, conseqüentemente abre possibilidades para a comercialização;

- C) Facilitou o debate entre o campo e a cidade, tornando os agricultores os protagonistas principais no fornecimento de alimentos saudáveis e de qualidade para a comunidade escolar.

Diante do exposto, infere-se que, na visão dos produtores, aconteceram mudanças importantes na vida da comunidade do assentamento, tendo em vista que, ao se produzir alimentos de qualidade, o que muda imediatamente é a questão alimentar das famílias e tendo a garantia da venda, o aumento da renda proporciona melhores condições estruturais para os agricultores e isso contribuiu importantemente para essas melhorias citadas.

Como afirma o Sr. Joaquim Manoel, ao se referir aos programas expõe sua opinião assim:

[...] A questão dos programas, a forma que eles foram criados, que era uma visão inclusive para ajudar aos pequenos produtores, inclusive da agricultura familiar. Ele, no seu início da sua implementação, teve bons avanços, e esses avanços trouxeram um pouco ao desenvolvimento da agricultura familiar [...], as pessoas podiam fazer o seu planejamento de produção, principalmente quando você tinha, nós sabemos que o mais difícil é você ter um produto e comercializar, então se nós sabemos que se o mercado, principalmente para pequeno produtor, é muito difícil para comercializar seus produtos, e o PAA veio que ajudou um pouco o produtor, principalmente quando ele tinha esse planejamento que falei antes e depois tinha para onde levar sua produção [...]. Com referência a compra direta da escola, esse daí ele continua, tem uma quantidade de recurso, mas a escola não consome uma grande quantidade de produto; você faz essa distribuição através da escola, mas que não é igual o PAA. O volume do PAA é maior, abrange a quantidade maior de produtores que foram envolvidos, então é um programa muito bom para ajudar o pequeno produtor da agricultura familiar (Entrevista concebida em 21/07/2019).

Destarte pode-se observar que o agricultor entrevistado tem conhecimento sobre os programas, tem clareza de seus objetivos e, por isso, sua opinião é bem definida. Assim, foi identificada a importância dessa política para o desenvolvimento do assentamento que, devido ao seu potencial produtivo favorável com solo de qualidade e a disponibilidade de água para irrigação, há produção durante o ano todo.

Já o Sr. Pedro Carlos, sobre a forma de organização no assentamento, destaca que

[...] Os assentados do assentamento marrecas, nós temos uma longa data de luta, conquista e resistência pela reforma agrária e, quanto ao movimento social, agora dia 10 de junho nós completamos 30 anos de assentados¹². Durante essa trajetória de luta, nós conseguimos alguns benefícios para o assentamento, como uma infraestrutura que permite o desenvolvimento da produção, como a energia elétrica,

¹² Referindo-se a data da ocupação da Fazenda Marrecas Zebulândia, ocorrida em 10/06/1989; assim, nesta data, todos os anos é comemorado o aniversário do assentamento Marrecas pelas famílias.

estrada, água, equipamentos de poços e sistema de irrigação e a moradia, escola, pequena agroindústria e capacitações para um processo de desenvolvimento sustentável da região, e nós nos propomos a cumprir com o verdadeiro objetivo e a importância da reforma agrária, que juntos, conseguir produzir para garantir a soberania alimentar de cada família e, o excedente, vender. Hoje, conseguimos vender, tanto para o mercado institucional, quanto ao mercado convencional, no caso das feiras locais e para alguns pontos de vendas, e isso durante o ano todo (Entrevista concebida em 21/07/2019).

De acordo com o Sr. Mário, sobre as dificuldades, sabe-se que não é fácil produzir, principalmente para quem mora em uma região semiárida, mas se tem uma coisa importante que é a disponibilidade da água no assentamento, facilitando a produção irrigada e o planejamento da produção, que sabe que se não for uma coisa que vem afetar diretamente, tem-se a certeza de que se pode colher. Além dessa dificuldade, tem-se várias outras, uma delas é a questão da própria forma de escoar a produção, ou seja, faz-se a produção, mas não dispõem de transporte para a entrega; a outra dificuldade é mais organizativa, sabe-se que as associações e grupos de pessoas têm, cada um, sua forma de trabalhar, causando muitas vezes um certo descontrole, mas isso conseguiu-se resolver da melhor forma possível.

[...] Outra dificuldade, que é externo, é a lida com os responsáveis pelo o programa, no caso do governo; e muitas vezes o programa oferece uma coisa de um jeito, como o programa está em andamento e depois fazem modificações, e nisso temos que fazer modificações também. Isso termina dificultando para gente, pois isso aconteceu muito no início de implantação. Também tem a questão da fiscalização que o governo faz, quando muda o governo e aí vem com propostas diferentes e querem intensificar a questão da fiscalização, buscar coisas que às vezes nem existe, no caso do assentamento. Mas isso conseguiu provar o que de fato fazem é garantir a produção de alimentação com qualidade (Entrevista concebida em 21/07/2019).

Conforme relato acima, pode-se entender que, apesar das dificuldades existentes, há um entendimento que os programas vieram a fortalecer a produção da agricultura familiar, considerando que seus resultados proporcionaram acessos a canais outrora não existentes, como que muitas vezes esses agricultores venderam sua produção por um preço não justo, o que os deixavam desestimulados para continuar a produção. Essa oportunidade fez com que essa realidade fosse mudada, daí a importância da manutenção da política de aquisição de alimentos.

Com relação aos avanços, o Sr. Francisco destaca que, como resultado da participação nesses programas e quando acessa um recurso de uma proposta, há a garantia da melhoria da renda da família. Todas as famílias que se envolveram no programa no assentamento melhoraram a renda, como no poder de compra. Não há dúvidas que esse programa, feito de

uma forma mais abrangente, ajuda os produtores e o resultado não é só financeiro, tem também a questão da organização coletiva, que é onde entra o envolvimento dos grupos.

[...] A importância desses programas é chegar até as comunidades e o agricultor familiar dos assentados da reforma agrária, e a gente poder vender nossa produção. Essa parte da organização foi um avanço, nós agricultores aprendemos a produzir de forma escalonada para que possa fazer uma organização da produção durante aquele período do contrato de entrega [...]. Se você fez um projeto no mês de janeiro é preciso que tenha a certeza que terá a produção para entregar, mesmo se o projeto não tenha sido aprovado ainda. Então, essa parte da organização da produção desde que planta, tratos culturais da agricultura e até fazer a colheita e entregar dentro das exigências técnicas e legais que tem, é uma parte de grande avanço. Os projetos elaborados foram o próprio pessoal do assentamento, pois temos técnicos agrônomos, foi feito uma oficina de capacitação e treinamentos para que fossem feitos os projetos e a diretoria consegue fazer esse controle. A outra é parte financeira, quando o agricultor consegue produzir e com a certeza que venda é muito para se planejar a produção [...], pois consegue produzir a banana, acerolas, goiabas, coco, entre outros. Isso é muito importante para estimular a produzir o ano todo. Então, agora os programas enfraqueceram por não ter recursos, mas as famílias estão com sua produção, conseguindo vender nas feiras. Outra vantagem também é todas essas toneladas de alimentos que vendemos para o governo durante o programa, aonde foi consumido por uma população que necessitava desse alimento; as entidades cadastradas pelo o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS recebia essa produção e fazia um controle para quem entregava e quem recebia, essa redução ajudou popularizar também a nossa luta pela reforma agrária. E outra, a geração de emprego através desses programas (Entrevista concebida em 21/07/2019).

Os relatos dos agricultores Sr. Mário e Francisco reafirmam um leque de possibilidades que surgiu para os assentados do assentamento Marrecas com a implementação das ações do PAA e PNAE e, isso, tem pontos importantes a serem refletidos, tanto no sentido das melhorias internas para a comunidade, quanto para o município, uma vez que os assentados, em parceria com o município, forneciam alimentos para as escolas e também para a população em vulnerabilidade alimentar por intermédio da Secretaria da Assistência Social, o que é de grande valia para o reconhecimento da importância dos agricultores do município. Nota-se que esses agricultores, em seus relatos, reafirmam o princípio ideológico da consciência de classe citado anteriormente; é notável que esses agricultores conhecem sobre a sua comunidade e sobre os programas, bem como sua importância e isso permite com que eles tenham uma opinião concreta de suas ações, apontando avanços e desafios, além de fazer uma abordagem sobre a amplitude no âmbito geral, tendo, assim, uma opinião formada baseada em fatos, ou seja, a sua formação de forma consciente permite que eles sejam os sujeitos da sua própria história.

5. 3 Resultados da entrevista realizada com representante do poder público municipal

O levantamento foi feito diretamente em visita ao representante do poder municipal com um roteiro definido de perguntas e, desta forma, a entrevista como se propôs o pesquisador para identificar a opinião da gestão junto aos programas, bem como a relação com os agricultores familiares envolvidos no processo. O roteiro possibilitou obter informações importantes, dentre eles os principais avanços sociais para o município e as dificuldades enfrentadas durante o processo de execução da política pública de aquisição da merenda escolar, tendo os agricultores assentados como protagonistas dessa importante ação no município.

A seguir alguns avanços ressaltados, no âmbito dos programas, pela gestão municipal:

- A) A possibilidade de os agricultores familiares fornecerem alimentos para a Secretaria da Assistência Social, que faz a distribuição para as famílias carentes do município;
- B) Contribui para a geração de renda do município e dá maior visibilidade para a valorização dos agricultores, que fornecem essa produção para o município;
- C) Permite a melhoria da qualidade alimentar das famílias, que recebem esses alimentos;
- D) Fortalece e valoriza a produção, elevando o aumento da renda das famílias e contribui para a maior visibilidade para as ações do município.

Conforme a gestão municipal (2019), a mesma vem fazendo um esforço coletivo entre as Secretarias de Educação, da Agricultura e da Assistência Social, visando fortalecer essa ação dos programas voltados para a aquisição de alimentos da agricultura familiar no município.

[...] Os programas de aquisição de alimentos foram e são muito importante para o município, tanto o programa maior de aquisição, com doação simultânea, onde o estado e a própria CONAB, ente federal, fazem a compra do produto e repassam para a Assistência Social do município, e é feita a distribuição com as famílias carentes de entidades do próprio município. Essa modalidade faz gerar recursos dentro do município e dá uma maior importância e visibilidades aos produtos, que são distribuídos e, obviamente, contribui bastante na melhoria da qualidade alimentar e nutricional das famílias que são atendidas por essa modalidade (Entrevista concebida em 04/08/2019).

Continuando o diálogo com representante da gestão municipal, ele faz um breve relato sobre as principais dificuldades encontradas no decorrer da aplicação da política pública de aquisição de alimentos. Questões como a entrega da produção, planejamento da produção e uma política de assistência técnica dentre outras, são fatores citados como sendo dificuldades.

[...] Uma das questões que sempre é colocada pelos produtores é a dificuldade quanto a entrega dos produtos, a questão do transporte. Eles precisam recolher os produtos do lote produtivo, trazer até uma central, onde são entregues esses produtos para que eles sejam pesados e distribuídos [...]. Eu vejo como principal dificuldade, ainda na questão da produção, é o planejamento quanto a produção, uma vez que não é possível fazer toda uma produção e querer entregar toda de uma só vez, ou seja, é preciso seguir um cronograma claro, que entendemos que isso se dá por falta de uma assistência técnica para o atendimento às comunidades e aos assentamentos, para fazer juntos com os produtores um calendário e acompanhar o processo de produção planejado, sendo essa uma das dificuldades, tanto para o PAA e principalmente para o PNAE (Entrevista concebida em 04/08/ 2019).

Infere-se, ainda, que, para a gestão municipal, as ações proporcionadas por esses programas têm uma importância significativa socioeconômica para o município, sendo assim, conforme a gestão municipal (2019),

[...] Acredito que o ganho social de tudo isso é a qualidade de vida, principalmente de quem recebe os alimentos, onde a família vai ter uma melhor alimentação balanceada, de qualidade, considerando que alimentação é saúde e se a família carente se alimenta bem, obviamente diminui o risco de adoecer. Outro ponto que vale ressaltar é o ganho social na questão da auto estima dos produtores, que estão vendo seus produtos sendo consumidos no município e pelas famílias que vivem em vulnerabilidade alimentar. Outro ganho está na compreensão da própria comunidade escolar em relação a importância que é necessário dar à produção da agricultura familiar e, assim, precisa dessa importância não por que o agricultor familiar seja um coitadinho, pelo contrário, pois é esse agricultor que está garantindo o alimento de qualidade de verdade, inclusive os alimentos longe dos agrotóxicos, que é produzido em larga escala pelo agronegócio, trazendo consigo uma série de problemas e riscos à saúde (Entrevista concebida em 04/08/2019).

Diante dos fatos expostos no diálogo com a representante da gestão municipal, é possível observar alguns pontos importantes relacionados à execução das políticas públicas voltadas ao mercado institucional de alimentos. Primeiro, há um reconhecimento dos avanços obtidos por essa ação, assim como uma avaliação de forma consistente relacionada às dificuldades existentes, ao mesmo tempo é ressaltado a importância social para o desenvolvimento do município.

Nesse contexto pode-se afirmar que as ações do PAA e PNAE têm um papel fundamental para o fortalecimento da produção familiar, tendo em vista que os programas têm

o papel de garantir a compra dessa produção, fortalecendo o aumento da renda, melhorando o hábito alimentar e nutricional dos beneficiários e, conseqüentemente, proporcionando o desenvolvimento social do município.

6. CONCLUSÃO

Ao finalizar esse levantamento, com a finalidade de verificar qual foi a contribuição que a política de aquisição de alimentos PNAE e PAA deu para o assentamento Marrecas, em São João do Piauí, os seus avanços e entraves na relação com as instituições que fazem a execução direto dos programas, nesse caso a CONAB, SAF e Prefeitura Municipal por intermédio das Secretarias de Agricultura e Recursos Minerais e a Secretaria da Assistência Social. Com a pesquisa, também foi possível averiguar a concepção dos agentes envolvidos em relação a essa política no âmbito do desenvolvimento local, por meio do fortalecimento da produção familiar.

Considera-se que a integração dos programas com os agricultores familiares ocorre quando acontece o processo da realização da compra dos produtos para a merenda escolar. Para que haja essa integração, é preciso que aconteça uma relação entre os agentes, no sentido da compreensão, do âmbito que se propõe essa ação. Obviamente que, para que aconteça esse sucesso, essas políticas públicas dependem de uma influência mútua entre ambas as partes, com o objetivo da garantia do sucesso de sua implementação.

É visível que, nesse período, aconteceu uma mobilização entre os agentes para que o projeto tivesse sido executado; em reuniões no assentamento, as famílias juntamente com os gestores das associações puderam expressar o seu sentimento a respeito dos processos, tanto no sentido da compreensão dos programas, como na forma que os mesmos pudessem se organizar para acessá-los. Da mesma forma, a gestão municipal se pronuncia falando a importância, bem como sobre os avanços e dificuldades enfrentadas para que tivesse sido implementado essa importante parceria entre agente público e agricultores familiares do município.

Nesta dissertação, foram discutidos os programas PNAE e PAA, considerando a organização social e produtiva dos assentados do PA Marrecas, bem como a gestão com os agentes públicos envolvidos. Com isso, a referência teórica se deu estudando as formas de execução e o envolvimento dos vários agentes que, devido a sua dimensão, proporcionam uma grande possibilidade de um maior número de atores sociais envolvidos para a execução.

Tendo sido apoiada pelas várias informações que são disponíveis pelo FNDE e pelo MDA, tendo suas orientações bem estruturadas sobre os Programas PNAE e PAA, assim como a forma que devem ser feitas a interação entre o nível federal, estadual, municipal e local, infere-se que é de suma importância que a execução dos programas continuem fazendo

parte prioritariamente nas ações dos órgãos responsáveis, considerando a abrangência e sua importância como política pública de desenvolvimento humano.

Com base no entendimento da finalidade principal desses programas, que é suprir a demanda nutricional dos estudantes, a aquisição da produção da agricultora familiar, o envolvimento da comunidade escolar e da sociedade civil organizada, compreende-se que a ação do governo deve ser considerada como um incentivo à produção familiar, tornando-a uma atividade principal, na qual o agricultor familiar pode ampliar sua área produzida, tendo a garantia da venda de sua produção por um preço justo, fortalecendo sua qualidade de vida por meio da melhoria da renda e do seu hábito alimentar.

No caso do assentamento Marrecas, no município de São João do Piauí, é possível observar alguns pontos que merecem atenção para a melhor execução dessas políticas: a melhoria da organização da comunidade para participar das chamadas públicas no âmbito do PNAE, uma vez que essa política oferece um maior número de recursos disponível, tendo em vista que, com a resolução nº 4, de 02 de abril de 2015, permite ao agricultor ampliar os seus limites de vendas, duplicando as possibilidades de fornecer para mais de uma entidade executora em até R\$ 20.000,00, trazendo um novo ânimo e incentivo ao produtor que se via limitado a fornecer apenas dentro dos limites da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Se observar os dados da comercialização pelo referido assentamento, percebe-se que é um canal de comercialização pouco explorado pelos agricultores para isso, o que dependendo da sua organização interna e da interação com a gestão municipal, pode ser uma grande oportunidade a ser aproveitada.

Nota-se, também, que o PAA é a política pública mais acessada pelos assentados de Marrecas e isso ocorre devido à parceria entre o governo do Estado, por meio da SAF e a CONAB, que juntos operam o programa PAA na modalidade Doação Simultânea, fato que contribuiu para esse maior envolvimento com as entidades do assentamento.

Com base neste contexto, da experiência do assentamento Marrecas, com as informações obtidas dos agricultores, verificou-se que ainda existe uma falta de compreensão por parte dos agricultores no sentido de um maior grupo para o acesso a essas políticas, considerando o número de famílias assentadas; confirma-se também a hipótese de que, se houver uma maior articulação pelos agentes públicos com uma proposta de assistência técnica dentre outras ações, haverá uma maior participação da agricultura familiar local, proporcionando um melhor e maior aproveitamento dos recursos disponíveis pelos órgãos responsáveis, promovendo, assim, um maior desenvolvimento socioeconômico para o assentamento e para o município.

É importante ressaltar que a capacidade da organização social e produtiva é algo a ser fortalecido junto aos grupos dos agricultores familiares e sabe-se que os programas sociais voltados para a agricultura familiar têm o papel de contribuir para o seu fortalecimento.

Sobre o PNAE, observa-se que, mesmo que a compra seja uma imposição federal, percebe-se que a sua execução ainda não foi apropriada no município estudado como parte das ações de desenvolvimento local socioeconômico. Porém, de acordo com a gestão municipal, há uma forte tendência de ser fortalecido, ideias como assistência técnica e um meio de transporte para deslocamento da produção dos assentados e ampliação nas próximas chamadas públicas. No âmbito do PAA, o que ocorreu foi uma redução no volume de recursos, o que diminuiu a possibilidade do acesso por parte dos agricultores.

Destarte resumidamente, pode-se dizer que os programas governamentais de aquisição de alimentos têm a finalidade da promoção da igualdade, considerando a garantia de um mercado consumidor para a produção da agricultura familiar, pois sem essa garantia, o mercado dos produtos oriundos dos grandes produtores desestimula os agricultores familiares, a garantia do acesso a alimentos de qualidade as pessoas em vulnerabilidade alimentar que sem essa ação não teriam acesso a esses alimentos.

Esses programas são oportunidades ímpares para a promoção da igualdade social e o desenvolvimento socioeconômico do país e, principalmente, do público do meio rural. Por essa razão é que há uma necessidade de um maior incentivo a esses programas para o fomento e o fortalecimento dessa categoria tão importante, que é os agricultores familiares.

Conclui-se que, considerando os fatos observados e, de acordo com o objetivo proposto, percebeu-se que houve uma melhoria da vida das pessoas envolvidas no processo de produção e fornecimento de alimentos para os programas institucionais de alimentação do governo federal. Percebeu-se, ainda, que esses programas proporcionaram um avanço significativo na organização social da comunidade do assentamento, na melhoria da renda das famílias, na qualidade alimentar com produtos de qualidade, o que veio a fortalecer a dignidade da vida no campo.

REFERÊNCIAS

ACTIONAID BRASIL. **Contribuições do PAA e do PNAE à construção da segurança alimentar e nutricional: A experiência Brasileira.** Rio de Janeiro, 2016.

AESCAPI. **Plano de Recuperação do Assentamento Marrecas (PRA).** Piauí, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste.* São Paulo: Brasiliense, 1963.

ARAÚJO, J.C.S. Para uma análise das representações sobre as técnicas de ensino. In> VEIGA, I.P.A. (Org). **Técnicas de ensino:** por que não? 19º edição. Campinas: Papirus, 2008[1991].

ARAUJO, F. de P. **Marrecas na superação da insegurança alimentar no município de São João do Piauí. Trabalho de Conclusão de Curso** (Especialização em Direitos Sociais do Campo) – Universidade Federal de Goiás – UFG, 2015. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-joao-do-piaui_pi> acesso em 11 de jun. de 2019.

AUED, B. W.; VENDRAMINI, C. R. (Organizadores). **Temas e problemas no ensino em escolas do campo.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BATISTA FILHO, M.; BARBOSA, N. P. **Alimentação e nutrição no Brasil, 1974-1984.** Brasília: Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, 1985. 87 p.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, n. 22, p. 595-607, set./out., 2009.

BRASIL. Constituição (1988), **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em 01 de nov.2019

_____. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Institui a companhia da Merenda Escolar. Brasília, DF, 1955. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 30 de set. 2019.

_____. Decreto nº 39.007/1956. Dá uma nova redação aos arts, 1º, 2º e 4º do. Decreto nº 37.106 de 31 Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39007-11-abril-1956-329784-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 30 de set. 2019.

_____. Decreto nº 56.886 de setembro de 1965. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56886-20-setembro-1965-397151-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso em 30 de set.2019.

_____. Lei nº 8.913, de 12 de junho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Brasília, DF, 1994. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8913.htm>. Acesso em: 04 de out. 2019.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em 04 de out.2019.

_____. Medida Provisória nº 1.748, 14 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola e dá outras providências. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1784.htm>. Acesso em 04 de out.2019.

_____. Medida Provisória nº 1.979-19, de 02 de junho de 2000. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1979-19.htm>. Acesso em 04 de out.2019.

_____. Resolução CD/FNDE nº 04 de 02 de Abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/alimentatacao_escolar/resolucao042015_ceae.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **A agricultura familiar na região sul do Brasil Quilombo** - Santa Catarina: um estudo de caso. Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

_____. Piauí: agricultura de desenvolvimento. Carta CEPRO, v.5, n. 2, 1978.

CALDART, R. S. (Organizador). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro. São Paulo. Escola Técnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957. 292 p.

CASTRO, Anna Maria de (org.). **Fome, um tema proibido**: últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Carta CEPRO. Teresina v.9.n.1 p.31 a 50 julho/dezembro de 1983.

DIAGNÓSTICO MUNICIPAL. **Prefeitura municipal de São João do Piauí (PI).** Maio/2013 Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-joao-do-piaui_pi#renda> acesso em 30 de jul. de 2019.

DUMÉNIL. Gérard, DOMINIQUE. Lévy. **Neoliberalismo – Neo-imperialismo**, Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil. 2ª edição** editora vozes. Petrópolis. RJ 2001.

_____. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: Dicionário da Educação do Campo. Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. pp. 496- 500.

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Histórico 2019a. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/fnde/institucional>> acesso em 30 de set, 2019.

_____. Dados da agricultura familiar. Disponível em <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 23 de out. de 2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil/ Celso Furtado. -27 ed.-** São Paulo Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000 – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

GUBUR, Dominique Michèle Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli e outros. Dicionário da Educação do Campo. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2012.

GIAMBIAGI, F. MOREIRA, M. M. **A economia brasileira nos anos 90.** 1. ed. – Rio de Janeiro: BNDES, 1999. 488p.: il.; cm. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/assentamento>> acesso em 20 de maio de 2019.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1968.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2007.

MACEDO, Dione Chaves de et al. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil.** *Revista simbio-logias*, v. 12, n. 1, 2009. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf> acesso em 30 de set. 2019.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MACHADO, Paulo Henrique Couto. **As trilhas da morte: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense**. Teresina Piauí: Corisco, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1991.

Marx Carl. 1818-1883

A revolução antes da revolução/ Karl Marx- 1. Ed – São Paulo: Expressão popular, 2008. 440p. – (Assim lutam os povos; v.2)

MARX, Karl Heinrich. **Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon**. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009

_____. **A revolução antes da revolução/ Karl Marx** - 1. Ed – São Paulo: Expressão popular, 2008. 440p. – (Assim lutam os povos; v.2)

MANZINI, E.J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

MEIO AMBIENTE. **Sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/ecologia_saude/sustentabilidade.htm>. Acesso em: 06 jun. 2019.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**, volume II: a **dialética da estrutura e da história**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Programa de Aquisições de Alimentos - PAA**. 2018d. Disponível em: <: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. A. Avanços e desafios na construção da educação no campo. **Em aberto**. Brasília. v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Conheça a maior produção de arroz orgânico da América Latina, do MST. Disponível em <http://www.mst.org.br/2019/03/14/conheca-a-maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina-do-mst.html>. Acesso em 18 de abril de 2019

NETO, Pedro Rodrigues de Araújo, TEIXEIRA João Soares, CARVALHO, Cristina Isabel de, SILVA, Francisco José da. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento**. São João do Piauí/PI, 2001.

PRADO JUNIOR. Caio. **A história econômica do Brasil: A pecuária e o povoamento do Nordeste**. 26. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROCHA, Jonas. **A pequena produção rural no estado do Piauí.** Carta CEPRO, Teresina, v.9, n.1,1983.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica.** Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização: do pensamento único a consciência universal. 4. Ed. Rio de Janeiro: Recor. 2000.

Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Disponível em <<http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>>. Acesso em 31 de out.2019.

SILVA, A.C. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, 1995.

STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em <<http://www.mst.org.br/historia/>> acesso em 21 de maio de 2019

STÉDILE, J. P, FERNANDES, B. M. **Brava Gente – A trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil** São Paulo: Editora. Fundação Perseu Abramo, 3º reimpressão. 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VITOR, Ivonete da Silva. A irrigação no assentamento Marrecas –Piauí: a atuação da Cia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), os desafios (im)postos pelo perímetro irrigado Marrecas-Jenipapo e seus impactos nas condições de vida e de saúde das famílias assentadas. Piauí. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM GESTORES DAS ENTIDADES DO ASSENTAMENTO

- 1 - Quais são os canais de comercialização existente?
- 2 - Como se dá a organização da comunidade para o acesso a esses canais de comercialização?
- 3 - Quais foram as principais dificuldades?
- 3 - Quais foram os avanços nesse processo de participação dos programas sociais?
- 5 – Qual a contribuição dessa política para o desenvolvimento do assentamento marrecas?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES FORNECEDORES DE ALIMENTOS PARA OS PROGRAMAS

- 1 - Qual a sua visão geral em relação aos Programas PAA e PNAE?
- 2 - Como se dá à organização da produção e o controle pelos grupos sociais?
- 3 - Quais foram as dificuldades encontradas durante o processo de participação de políticas públicas nos Programas PAA e PNAE?
- 4 - Quais foram os principais avanços obtidos na execução dessa política?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA GESTÃO MUNICIPAL

- 1 - Qual sua opinião sobre os programas de aquisição de alimentos PAA e PNAE?
- 2 - Como se dá a relação com os produtores parceiros fornecedores de alimentos?
- 3 - Quais foram as principais dificuldades encontradas durante o processo da execução dos programas?
- 4 - Qual a importância social para o município tendo os agricultores familiares e assentados como parceiros fornecendo alimentos para o município?
- 5 - Qual a sua opinião sobre a continuidade desses programas considerando a diminuição dos recursos voltados principalmente para o PAA e o que poderia ser melhorado?